

**NÚMERO ESPECIAL  
DE AGOSTO**

# Revolução

**MOVIMENTO  
DE UNIDADE  
POPULAR**

**Povo  
trabalhador  
unido  
para o socialismo**



**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO**



dos leitores

Porta-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



# Revolução

## As questões de unidade e a "Voz do Povo"

**Camaradas:**  
Uma coisa é certa. O debate tem de se fazer! A unidade só se faz com pessoas informadas e querendo atingir os mesmos fins.

Comprei há dias «A Voz do Povo» como costume comprar o «Avante!» O n.º 101. E li:

1 — Pág. 1 (não confundir), 4.ª e 5.ª colunas: «...disse-nos o camarada Eduardo Pires (da Comissão Nacional da UDP): A posição que nós defendemos é de que a única solução para esta situação política é um governo antifascista, que defenda os interesses nacionais combatendo a política de rapina dos imperialistas, um governo patriótico que assente na energia revolucionária das massas populares, um governo que dê provas de defender a Independência Nacional. Nesta situação nós afirmamos que o PS devia constituir governo sozinho, lutar de forma consequente contra os partidos fascistas, não cair nas falsas maiorias de esquerda com Cunhal...»

Percebi, porque o PS devia constituir governo sozinho, que o PS é antifascista ou podia sê-lo, que defende ou podia defender os interesses nacionais face aos interesses imperialistas, que é patriótico (que é isto) e que podia formar governo que assentasse (35 por cento) na energia revolucionária das massas.

Percebi que (não me chamem provocador) uma maioria de esquerda seria PS UDP.

Percebi que um dos males é o Cunhal (porque não o regam com sulfato de cobre?) e não

o reformismo no seio do movimento operário.

Depois de tudo os patrióticos democratas chateiam-se porque o PS se alia com o CDS na legislativa, o dr. Mário Soares não se opõe à vinda de Spínola, etc., etc. Conclusão: Idealistas.

2 — Pág. 6, 5.ª coluna: «...não pactuamos com falsos amigos do povo, com o partido cunhalista, nem seguimos uma política aventureira, sectária e esquerdista com algumas das formações políticas que compunham a FUR...»

Isto é mais complicado! Mais um partido: o cunhalista! Ou então a tipografia em que se fabrica o «Voz do Povo» não tem aspas. Recordo-me dum comunicado do PCP(R), antes das eleições para a legislativa, onde aconselhando o voto na UDP punha aspas no C do PCP e... deixava sem aspas o S do PS. Ainda o tenho e posso mandar fotocópias!

Percebi que o MDP, LCI e a LUAR eram aventureiros, sectários e esquerdistas. Afinal razão tinha o PCP quando saiu da FUR propondo de imediato aliança ao PS. Conclusão: cuidado com eles (os sectários).

3 — Pág. 7, 1.ª coluna: «...A UDP foi a única organização política a vir para a rua logo no 25 de Novembro quando os fascistas começavam a avançar, disposta a combatê-los...»

Agora não percebo: pensava que a UDP era antimonopolista (Até onde chega a pouca vergonha...).

Conclusão: se o fascis-

mo regressar vamos ter todos os dias combates na rua. Que pena a UDP não existir antes do 25 de Abril!

4 — Pág. 10, 4.ª, 5.ª e 6.ª colunas:

«...mas tal como eles foram julgados e condenados deviam também ser julgados os responsáveis dos exércitos de mercenários cubanos e russo que ocupam militarmente Angola... que realizaram inúmeros crimes contra o povo angolano.

«...Em Portugal, as forças reaccionárias apontam demagogicamente as forças de agressão soviéticas e cubanas... essa posição só revela a cumplicidade existente entre eles, mostra como essas forças são agentes do imperialismo americano em Portugal... que protegem as forças fascistas...»

Os patrióticos democratas não quiseram quebrar a unidade e não disseram: o PRP, o MES e a FSP deviam ter apoiado ou a FNLA (UPA) ou a UNITA. O PRP, o MES e a FSP não denunciaram os crimes contra o povo angolano pelos cubanos e russos e SÃO CUMPLICES e agentes do social-fascismo em Portugal.

Teriam tido o gosto de cortar brancos às costas e andar com G3 do exército colonial português às costas. E mais: teriam o gosto de contactar com dirigentes cubanos quando estes tiveram em Angola ao lado da UNITA (que se uniu à FNLA). Teria sido uma honra!

Isto do MPLA falar do poder popular é uma

chatices. E além disso, os cursos de alfabetização no mato durante a guerra, são antidemocráticos. E os campos de recuperação de presos políticos angolanos são anti-estatinistas. Os presos políticos deviam-se matar, suicidarem-se ou mandar para o deserto.

Conclusão: os gloriosos dirigentes chineses é que têm razão: a solução dos problemas cabe ao povo e, enquanto este não se organiza em guar-

da vermelha a gente tem de ser (mesmo que seja direita) anti-social-fascista.

Camaradas: penso que o importante neste momento, enquanto a burguesia pensa e se deglodia, é o reforçar ideológico e a organização dos revolucionários. É a união com fins anticapitalistas e o preparar para o derrube dos inimigos dos órgãos de poder dos trabalhadores.

CHAVES

### PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» — Rua Castilho n.º 70, Lisboa  
Tel. 573520/573640/573717/573670

DELEGAÇÃO DO NORTE  
Rua Álvares Cabral, 110, PORTO  
LIVRARIAS REVOLUÇÃO

#### CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário — das 12 às 14 horas e das 16.30 às 24 horas.

#### ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário — das 12 às 20 horas

#### ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO — Rua Álvares Cabral, 110  
Tel. 315759/315786  
VIANA DO CASTELO — Rua de Alameda, 102 Tel. 24320  
MATOSINHOS — Rua Conde de S. Salvador, 374  
Tel. 931925  
BARCELOS — Av. Liberdade 60 r/c  
Tel. 830099

#### ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA — Rua Eça de Queirós, n.º 33  
COVILHÃ — Rua Visconde da Corcaceira, n.º 60 Tel. 25542  
MARINHA GRANDE — Rua Marques de Pombal, n.º 65  
CASTELO BRANCO — Rua de Santa Maria, 10  
ARGE — Tel. 92169  
S. JOÃO DA MADEIRA — Rua Jaime Alvaro, n.º 142  
Tel. 24149

#### ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA — Av. da República, n.º 40  
ALGES — Rua Victor Duarte Pedroso, n.º 75 - Alges de Cima  
Tel. 2100337  
SACAVEM — Largo 5 de Outubro n.º 16-17 Tel. 2512807  
AMADORA — Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525  
PAREDE — Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142  
CACEM — Rua de Paço de Arcos, lote 16

#### ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETÚBAL — Rua Jorge de Sousa  
SETÚBAL — Praça do Bocado, 3  
BARREIRO — Rua dr. Eusébio Leão, n.º 31 Tel. 2076745  
LAVRADIO — Rua dr. José Carcano Lobo, n.º 312  
TORRÃO — Horta Seca  
COVA DA PIEDADE — Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763267  
/2763397/2763122  
QUINTA DA LOMBA — Rua de Goa, 21-A  
SINES — Rua Marques de Pombal, n.º 86 Tel. 62880

#### ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA — Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998  
BEJA — Rua Alex andre Herculano, n.º 29 Tel. 24594  
ALJUSTREL — Rua da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

#### ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO — Rua Rector Teixeira Guedes, n.º 35 - Tel. 24107  
LOULÉ — Av. José da Costa Mesquita, n.º 39 - 1.ª Tel. 63043  
PORTIMÃO — Rua 5 de Outubro, 17  
MONCHIQUE — Estrada da Foia, 9, Monchique  
OLHÃO — Rua 18 de Junho, n.º 64 - B - C  
FERRAGUDO — Rua 1.ª de Maio  
ESTOMBAR — Rua D. Pedro Gálvão, 5

#### UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA — Av. 5 de Outubro Tel. 770017

### Revolução

# Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME .....  
MORADA .....  
LOCALIDADE .....  
PROFISSÃO .....

Semestral 90\$00  Anual 180\$00  PAGAMENTO

Estrangeiro

Semestral 300\$00  Anual 600\$00  Em cheque  Em vale



## e a actualidade nacional



Muitos milhares de trabalhadores convocados pelos GDUP manifestaram-se em Lisboa, como em outros pontos do país, contra o regresso de Spínola

## A "justiça" em liberdade...

A «JUSTIÇA» EM LIBERDADE... O ex-General Spínola («ex» por quanto tempo?) regressou ao país. É um facto. Negociou, impôs condições, voltou. Usou condições excepcionais de segurança, fez uma curta visita ao Forte de Caxias, onde pernito num apartamento antigamente reservado aos dignitários da PIDE-DGS, e abalou, em virtude de não existirem «indícios suficientes da sua culpabilidade», para o seu novo e recente «home, sweet home»...

Em Liberdade, em Segurança.

Hoje, em «liberdade plena», a «vítima das inventonas montadas pelo «KGB» — segundo rezam as fabulas dos representantes de uma das antenas da CIA em Portugal (o PC de P...ML...) prepara-se para um ver-

neio termal numa das nossas estâncias e espera placidamente a hora da desforra, o momento propício à «grande farras»...

Saiu do país, numa cálida tarde de Março, com material de guerra pertencente ao exército português. No estrangeiro, numa tarde fria, (em Düsseldorf precisamente...) encomodou material de guerra para entrar no país...

No entanto, o autor «presumível» do assassinato de Amílcar Cabral, do 28 de Setembro, do 11 de Março, do Presidente do ELP e do MDLP (Presidente segundo ele, «presumível presidente» segundo os outros...), vai e vem, vem e vai...

Em Liberdade, em Segurança.

Os «Pides» saíram das prisões e aguardam tranquilamente, como «pre-

sumidos delinquentes», a possível medalha por serviços eméritos prestados à Pátria durante quase meio-século...

Metem bombas, indendiam, ameaçam, vão e vêm, vêm e vão...

Em Liberdade, em Segurança.

Sachetti, «presumível delincente», sai dos calabouços para o ar puro (aliás, mais poluído que puro...) e reencontra uma palavra e uma noção que nunca sentiu em relação aos outros — Liberdade!

Mais um que, com os seus «camaradas de trabalho», vislumbra e acaricia a ideia de obter, a curto prazo, a aniciada desforra, a tão esperada «grande farras»...

Em Liberdade, em Segurança.

Mota Freitas, ex-Comandante da PSP do Porto, «presumível implicado»

em «farras» bombistas, encontra-se pelas mesmas razões no Forte de Caxias. Por quanto tempo?

A pergunta tem fundamento na medida em que, ao ritmo em que as coisas vão, a libertação de mais um possível «presumível delincente» não é um acto tão inabitual que possa ser uma causa de espanto para quem quer que seja. Salvo para os ingénuos, os cegos políticos e os pobres de espírito...

Por outro lado, é de salientar o facto do Major Mota Freitas não passar — se «implicado» — de «arraia-miuda» em comparação com a pleiade de «tubarões» que, nos bastidores, puxam os Codelinhos e regem a onda bombista...

Em Liberdade, em Segurança.

Entretanto, Otelo Saraiva de Carvalho (e tantos outros...) encontra-se em «liberdade condicional», não podendo ir nem vir...

O estratega militar do 25 de Abril, o «homem do cravo libertador», o oficial a quem incumbiu a responsabilidade de conduzir à vitória um movimento que abria ao país as portas da Liberdade e da Esperança, não pôde ir a Setúbal, não pode ir aqui, não pode ir ali...

Enquanto sobre um (Spínola) pesam as mais variadíssimas provas e sobre o outro (Otelo) a mais total e gritante ausência das mesmas, um respira a «liberdade plena», e outro sufoca na «liberdade condicional»...

Glossário original de um sonho que vivemos ou a visão consciente de um Portugal derivando progressivamente para os velhos tempos de então e para um quotidiano sem Liberdade, sem Segurança?

Se é que ainda a temos...

## Regresso de Spínola Um passo para o fascismo

A burguesia não esmorece. Ataca em todas as frentes, procura avançar em todos os campos de luta. Depois de recuperar a liderança no aparelho político-militar no golpe reaccionário de 25 de Novembro, a reacção não tem cessado de tentar consolidar a sua vantagem, quer atacando as conquistas dos trabalhadores nas fábricas, nos bairros, nas cooperativas e nos quartéis, que manobrando no sentido de controlar totalmente o aparelho de Estado.

A marcação das áreas de reserva nas cooperativas e destinadas aos agrários conservadores, as desocupações violentas de moradores pobres, as tentativas de limitação dos poderes de intervenção das Comissões de Trabalhadores, a brutal subida do custo de vida e o congelamento dos salários por várias formas são, a par da subida dos ordenados dos oficiais, da reentrada em força dos petróes que le-

varam para o estrangeiro cerca de 40 milhões de contos, da criação de uma rede de jornais e rádios no estilo do que havia antes do 25 de Abril de 74, exemplo claros de que a burguesia pretende submeter as classes trabalhadoras às condições de exploração e opressão em que se vivia nos tempos de Salazar e Caetano.

Mas o PRP chama a atenção para o facto dos esforços mais descarados de tentativa de retorno ao fascismo serem feitos nas Forças Armadas, nas forças militarizadas e na Polícia Política; saneiam-se os militares que sempre estiveram ao lado dos trabalhadores, ao mesmo tempo que regressam ao activo ou ao paisnotórios reaccionários que antes tinham sido saneados ou fugido para o estrangeiro; mantêm-se em liberdade condicionada Otelo e outros militares progressistas, ao mesmo tempo que saem de Ca-

xias os mais selváticos torturadores da Pide como Sachetti, Abílio Pires e outros; criam-se corpos profissionais, autênticas polícias de choque pagas a peso de ouro para reprimir os trabalhadores.

Agora foi Spínola que reentrou no país. Amanhã será Rapazote e não tardará que Caetano e Tomás comecem a preparar as malas para a viagem, ou que Silva Pais seja posto em liberdade. A reentrada do Spínola sucede poucas horas depois da prisão de eminentes fascistas que, através de bombas espanhóis, tinham «liberdade em segurança» em todo o país.

Camaradas:

Porque foram feitas buscas a cooperativas em atitude de nitida provocação aos trabalhadores rurais, quando se sabia que quem punha bombas era a reacção e quem tinha armas eram militantes dos partidos reaccionários como o

PPD e o CDS ou quem as utilizava eram elementos da segurança do PS?

Hoje sabemos que a «liberdade em segurança» significa a reentrada em Portugal do fascista Spínola, cérebro da rede de terroristas fascistas denunciada pelo jornalista alemão Gunter Walraff e em que apareciam alguns dos nomes que agora foram presos, a par de referências aos próprios Ramalho Eanes e Moraes da Silva. O que leva os prongandistas da chamada «liberdade em segurança» a permitirem a reentrada do chefe-mor dos terroristas nascistas?

Camaradas:

A direita reaccionária prepara-se para um brutal e sangrento golpe fascista, porque o fascismo é a única democracia que a burguesia admite em Portugal. E sta a verdade que a classe operária, todo o proletariado, todos os trabalhadores do campo ou da cidade, do Norte ou do Sul,

do continente ou das ilhas não podem ignorar. A cada tentativa de preparar o regresso ao fascismo é necessário responder com decisão e firmeza, caminhando para a unidade e a organização das amplas massas trabalhadoras.

Com Spínola regressa o terrorista-mor, um dos cérebros fascistas. Mas se Spínola já foi derrotado uma vez, podem os trabalhadores voltar a derrotá-lo, manifestando desde já por todos os meios o seu repúdio por esta atitude cúmplice dos poderes contituídos, reerguendo a unidade e a combatividade que se verificava em 11 de Março. Consolidar as Comissões de Trabalhadores, as Comissões de Moradores e os Conselhos de Aldeia; organizar entre si Comissões de Trabalhadores e Comissões de Moradores; unir e organizar todos os revolucionários e progressistas num forte Movimento de Unidade Popular, eis as

tarefas centrais que se põem a todos os trabalhadores e a todos os revolucionários, e sem as quais não será possível barrar o caminho ao fascismo e recuperar a iniciativa passando da defensiva à ofensiva.

**MORTE AO FASCISMO E A QUEM O APOIAR!**

**FASCISTAS PARA A PRISÃO - REVOLUCIONÁRIOS TOTAL LIBERTAR!**

**EM FRENTE POR UM FORTE MOVIMENTO DE UNIDADE POPULAR!**

**EM FRENTE PARA O PODER POPULAR!**

**EM FRENTE PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!**

LISBOA, 10 de Agosto de 1976

A Direcção do Partido Revolucionário do Proletariado (PRP)



## e a actualidade nacional

O «REVOLUÇÃO» publica neste número o informe apresentado pela direcção no plenário de responsáveis do PRP, realizado a 24 e 25 de Julho de 1976. Apesar do tempo que já decorreu desde o plenário e dos importantes factos que desde então se passaram (a não rejeição do programa de Governo do PS, o regresso de Spínola, as modificações nos comandos militares e prisão de alguns terroristas fascistas) as grandes linhas para a compreensão da situação e para a definição de uma tática correcta que este documento define mantêm-se, e daí a sua publicação.

# Análise da situação política e tática global

### SITUAÇÃO ECONÓMICA

Mantendo-se Portugal dentro do Imperialismo e não havendo alterações das estruturas socio-económicas prevê-se que os próximos meses sejam de agravamento da crise económica no sentido de que:

— se vão esgotando as reservas de ouro.

— mantem-se a necessidade de comprar ao estrangeiro artigos de primeira necessidade, sobretudo bens alimentares indispensáveis. Neste aspecto há que prever apenas pequenas alterações, como seja que baixem as compras correspondentes ao aumento de produção de cereais no Alentejo.

— estas compras vão ser feitas aos países que fizeram empréstimos ou que podem fazer empréstimos.

— ou seja, o dinheiro que pode entrar como empréstimo destina-se a pagamento de produtos aos países que emprestaram esse dinheiro.

— os empréstimos são pois para aquisição de produtos e não, nesta fase, para empregar no investimento em bens de produção (fábricas, etc). Agrava-se, pois, o endividamento aos países do Imperialismo.

### O GOVERNO P.S.

O Governo P.S. vai ser pois o Governo que vai praticar esta política financeira e económica, levando a cabo um aprofundamento da dependência em relação ao Imperialismo, que se expressa bem no seu próprio «slogan» **A Europa connosco**. É preciso frisar que o aprofundamento dos laços de dependência do Imperialismo em relação a Portugal não se faz para que o imperialismo tire proveitos económicos imediatos de Portugal; pode não querer tirá-los nem a curto nem a médio prazo. Mas a manutenção de Portugal numa situação de dependência permite a dominação política do Imperialismo sobre este país; segurando-o na sua esfera e impedindo a Revolução Socialista.

Conclui-se, pois, que, de imediato, o interesse do Imperialismo em Portugal não é de ordem económica, mas de dominação política. E o seu apoio político em estruturas da burguesia nacional (CIP, CDS, CAP) é apenas e exactamente pela necessidade de uma base social de apoio para uma política de dominação imperialista.

Entretanto, o Governo P.S. serve-lhes como Governo que garante a permanência dentro do sistema.

Mas, para além de um aprofundamento da dependência externa em relação ao Imperialismo, o Governo P.S. vai ter de recorrer a formas repressivas sobre os trabalhadores, uma vez que ao aumento do custo de vida vão corresponder reivindicações im-

possíveis de satisfazer.

Vai haver pois e necessariamente uma resposta repressiva do Governo em relação aos trabalhadores, que os vai pôr em oposição.

Esta política do Governo P.S. vai queimar este partido ao nível das suas bases trabalhadoras e, nomeadamente ou vai opôr o Governo às direcções sindicais P.S. ou vai opôr estas às suas bases eleitorais, no caso destas direcções terem um comportamento de traição, como aconteceu aos sindicatos de tendência P.C., quando este dominava o Ministério do Trabalho.

Por outro lado, é de prever que o aumento do custo de vida comece a atingir a pequena burguesia, que além disso é atingida por outras restrições — gasolina, corte de energia, etc. É portanto previsível que a pequena burguesia comece a fugir como base de apoio ao P.S. e que tenha que escolher entre uma opção de esquerda e uma opção de direita na escolha de aliados.

### QUEM SE PREPARA PARA SUCEDER AO P.S.

A inevitável falência do Governo P.S. sucederá uma crise que se aproximará mais ou menos duma situação de confronto entre a burguesia e o proletariado, conforme a relação de forças.

De qualquer modo, dada a situação económica que se agravará sucessivamente, a burguesia tem necessidade de estabelecer em Portugal um regime autoritário de carácter fascista, o qual permitirá a repressão das lutas operárias e da organização revolucionária.

Esse regime não se estabelece nem por via dum Governo social-democrata, nem no respeito da Constituição. Terá que ser um regime inconstitucional, baseado na violência e no terror e estabelecendo uma situação de excepção sob o ponto de vista militar e civil. Eanes demonstrar-se é ou não o homem capaz de ser o chefe desse regime fascista ou será substituído por outro chefe como Spínola ou Kaulza.

Prevê-se, portanto, que a burguesia necessita de fazer outro 25 de Novembro para estabelecer esse tipo de regime fascista.

A situação evoluiu, pois, para uma resolução que se põe em termos de violência; não vai ser pacífica seja qual for a hipótese do vencedor.

A direita prepara-se para suceder ao P.S. (o CDS diz que dentro em breve será a força mais importante) e prepara-se, militar e politicamente para o fazer, sabendo que é pela violência que tem que dominar. É pois para esta preparação que a direita tem necessidade de entretanto ir gastando este Governo P.S.

Mas é também o momento para

a esquerda, os trabalhadores em geral, se prepararem para a crise que virá e aproveitarem este espaço de tempo para adquirirem a organização, as estruturas, os meios, que não tinham quando foram surpreendidos pelo 25 de Novembro.

Há, pois, uma corrida de forças de direita e de forças de esquerda, ambas necessitando de tempo para se organizarem, mas ambas caminhando fatalmente para um confronto que se dará mais tarde ou mais cedo. Esse confronto violento dar-se-á, pois, não por nossa vontade, não porque o tenhamos inscrito na nossa tática, não porque o provoquemos mas porque a natureza da crise económica gera a necessidade para a burguesia de desferir um golpe violento sobre o proletariado. Este golpe acontecerá esteja ou não o proletariado preparado para ele, e é uma visão idealista aquela que acarreta todos os argumentos de não preparação do proletariado para o confronto, pensando que, argumentando assim, se evita o confronto. Dada a inevitabilidade desta confrontação, a única solução é prepararmos para ele o mais possível. E se nos preparamos não quer dizer que tenhamos ilusões de que a vitória imediata é certa, mas quer dizer que não nos deixamos vencer de braços cruzados. Tudo está ainda por jogar. Ganha a burguesia? Ganha o proletariado? É uma resposta impossível de dar. Mas só os oportunistas é que se metem apenas nas batalhas com vitória garantida. E aqui não há outra saída — o reformismo não é alternativa sob ponto de vista económico. Estamos metidos entre o confronto e a parede.

Há pois que distinguir bem entre esta nossa análise e a análise doutrinas organizações da chamada esquerda revolucionária, que admitem que o regime se mantenha em democracia burguesa, embora com sucessivas restrições de liberdade. Esta diferente visão do futuro próximo trás necessariamente alterações na tática e diferentes formas de organização e preparação para o futuro.

### O APARELHO REPRESSIVO

Enquanto que os revolucionários procurarão ganhar terreno para se prepararem para o confronto, a burguesia tem necessidade desse mesmo tempo para organizar o seu aparelho repressivo. Esse aparelho repressivo está no entanto atrasado, apesar dos esforços do poder a partir do 25 de Novembro. Desses esforços e das suas contradições destacamos:

— Em relação ao Exército — tal como Eanes diz no seu discurso de tomada de posse de Rocha Vieira, «a hierarquia e a disciplina» ainda não estão restabelecidas, o «Exército ainda está convallescente da doença

que o abalou até ao 25 de Novembro», ou seja tem sido difícil para a nova ordem reestruturar, em termos de Exército da burguesia, uma estrutura fortemente abalada por uma onda revolucionária que não percorreu apenas os soldados mas também os oficiais. E isto é tanto mais grave para eles, quanto só conseguiram constituir corpos de mercenários nos Comandos e na P.E. e mesmo assim com extremas dificuldades.

E mesmo as unidades mais fiéis, como os Comandos, dão mostra de graves contradições internas de que são ilustração os últimos incidentes durante os quais segundo consta os mercenários bêbados e drogados fecharam o portão a Jaime Neves.

A formiga branca da direita não deixa, no entanto, de ir, lenta e gradualmente, substituindo homens (destacamos neste momento a substituição do Comandante da PSP de Coimbra, homem conhecido como progressista), colocando os anti-fascistas em lugares burocráticos, restabelecendo o RDM, prendendo soldados.

Quanto à Marinha não se deu por enquanto o despedimento de fuzileiros, anunciado por Vasco Lourenço a seguir ao 25 de Novembro. Mas percebe-se que Souto Cruz é um homem de confiança do Imperialismo, apostado em estabelecer com a NATO e os americanos acordos de combinação de forças. Sendo um dos personagens mais à direita do Conselho da Revolução contrasta, como CEMA, com a relativa integridade em que se manteve a Marinha, pouco atingida pelos saneamentos à esquerda, e onde se mantém muitos homens progressistas.

— Quanto à Força Aérea foi talvez o ramo mais depurado e pode-se dizer, que a direita tem, sobretudo entre os pilotos aviadores, um escol da reacção das Forças Armadas.

Mas é na GNR e sobretudo na PSP que o novo poder procura, além da força para actuar na rua, a possibilidade de encontrar um aparelho informativo. Consta que metade dos efectivos da PSP andam neste momento à paisana. E sabemos que o poder tem procurado servir-se da GNR e da PSP como rede informativa.

Mas embora haja motivos para pensar que tente estruturar rapidamente uma polícia política, formando especialistas nos países do Imperialismo, etc., esse serviço ainda é neste momento extremamente insuficiente. E a actual estrutura de inquirição, prisões, etc, que é a P.J.M, não é uma estrutura fascista, por mais que existam conservadores nos vários escalões.

### CONTRADIÇÕES NO SEIO DO PODER

A principal contradição no seio do poder é hoje entre o Grupo dos «no-

1990  
18.000  
52614  
243



## e a actualidade nacional



«Pensamos pois em termos de milhares e milhares de trabalhadores, que são aqueles que nós temos de organizar, que são aqueles que andam ou andaram à volta dos GDUP's a nossa tática tem que sofrer uma transformação e não ser mais a tática de elite mas a tática para as massas»

ve», ou melhor, alguns dos nove e a ala mais à direita no Conselho da Revolução. Homens como Melo Antunes e Victor Alves são relegados para segundo plano e é instável a situação de um Charais na R.M. do Centro. Esta gente tem hoje medo de ser vítima de um golpe fascista e há uma oposição frontal entre a ala de extrema-direita do C.R., como Souto Cruz e Morais e Silva e estes elementos do Grupo dos «nove».

Esta contradição no seio do poder tem que ser elvada em conta pelos revolucionários, porque estes homens que temem o golpe fascista podem ser levados a escolher o lado do proletariado num momento de ruptura.

Para além dessa contradição outras há entre grupos ou clans de direita das Forças Armadas, como seja entre os Spinozistas (na sua maioria homens de cavalaria) e os homens do Estado-Maior, contradições estas que a esquerda tem de tomar em conta.

## OS RESULTADOS ELEITORAIS

Quanto à interpretação dos resultados eleitorais remetemo-nos para a elitura de um estudo sobre os resultados publicado no «Revolução», n.º 79. Digamos só e resumidamente que:

— Os resultados de Otelo ultrapassaram muito os resultados de qualquer esquerda revolucionária europeia ou mesmo os resultados habituais de partidos comunistas.

— O Partido Comunista apresenta uma perda considerável dos seus votantes e sabe-se que entre eles se encontram muitos dos seus militantes.

— O P.S. apresenta igualmente grande perda de votos, entre eles os dos seus militantes.

— A votação em Azevedo representa uma votação anti-Eanes, anti-fascista, mas que, no entanto, não fez ainda a opção revolucionária.

## MOVIMENTAÇÃO DE MASSAS ORGANIZAÇÃO DE MASSAS

A movimentação de massas à volta de Otelo ultrapassou em muito a capa-

cidade mobilização da esquerda revolucionária e dos próprios GDUP'S. Mas passada a candidatura e as eleições, os GDUP's ficam como a possibilidade de organização unitária revolucionária. Neste momento esta é a única alternativa organizativa que pode dar resposta à necessidade de unidade sentida pelos trabalhadores e à necessidade de organizar forças e de juntar o máximo de pessoas à volta dum projecto comum. Por isso o Partido se deve meter a fundo neste projecto orgânico e trataremos num outro trabalho (publicado também neste jornal) de todos os problemas que dizem respeito ao movimento de massas e à sua relação com o partido.

Mas desde já se pode dizer que a tática passa por este ponto e que não se pode desligar a acção tática das concepções de organização de massas que simultaneamente se defendem.

## ORGANIZAÇÃO SOBRE OS PROBLEMAS CONCRETOS

Em relação à tática em geral, antes de se detalhar um programa concreto de acção é bom que se dicuta quais são as traves mestras à volta das quais a organização de massas e portanto o partido, deve trabalhar.

Aqui, sustentamos a ideia de que a organização deve trabalhar à volta de problemas concretos das massas. Ou seja, embora o confronto se vá dar inevitavelmente, a preparação para este deve fazer-se não só directamente em termos de confronto, mas também à volta dos problemas concretos das massas, que as farão organizar e que as prepararão para um salto qualitativo num próximo momento de crise.

Detalhando a ideia: os militantes ou activistas capazes de pensar e sobretudo de se organizarem em termos de política abstracta, pensando apenas na tomada um dia do poder, contam-se por centenas ou, com muito boa vontade, em um-dois milhares. Ora, não é com essa selecção, não é com essa elite, que faremos a revolução. Devemos quebrar a ideia elitista

de apenas organizar essa gente e de pormos nesse núcleo um grande acento. Até porque, e a experiência diz-nos isso, mais tarde ou mais cedo esses militantes fecham-se sobre si próprios, patinam em seco, a sua tática passa a estar desligada das massas e da realidade e eles próprios se vão desgastando e reduzindo.

Pensamos pois em termos de milhares e milhares de trabalhadores, que são aqueles que nós temos de organizar, que são aqueles que andam ou andaram à volta dos GDUP's; a nossa tática tem que sofrer uma transformação e não ser mais a tática de elite, mas a tática para as massas. Por isso dizemos que é necessário descer aos problemas concretos, que são aqueles que tocam os trabalhadores todos os dias. Cabe depois aos militantes mais politizados, mais conscientes, prospectar esses problemas em termos político globais, enquadrá-los na contestação do sistema capitalista e encaminhar as massas, constantemente, para a questão da tomada do poder como resolução global dos problemas concretos.

Há quem diga, no entanto, que as massas (determinadas massas) já revelaram em muitos momentos que são capazes de pôr as coisas directamente em termos estritamente políticos, de tomada de poder — caso dos Conselhos Revolucionários, do apoio ao Documento do Copcon e outros. Mas nós dizemos que isso são momentos, são a crista da vaga, e que nos intervalos, se não houver organização, essa consciência não perdura da mesma forma.

Fazemos lembrar que a seguir ao 25 de Abril houve grandes lutas operárias de carácter anti-reformista, lutas que foram de massas e hoje pouco encontramos que lhes corresponda. A TAP, os CTT, a Timex, o Jornal do Comércio, foram lutas desse tipo e por falta de organização revolucionária que se lhes seguisse, passaram apenas a momentos altos de consciência revolucionária das massas, dos quais resta uma memória, é certo, mas de que se perdeu a continuidade. Em muitas dessas empresas, tristemente, foi mesmo o MRPP que se veio a instalar, acabando de liquidar muito

do que havia.

E se é verdade que a Lisnave, a Setenave, a Siderurgia, vieram para a rua em massa em resposta ao apelo revolucionário, também é verdade que votaram lutas reformistas para as C.T.'s.

Queremos dizer com isto que a consciência para as grandes massas da necessidade da tomada do poder, não é uma linha contínua. São momentos em que pelo conjunto dos factores, pela crise do poder, elas vêm ao de cima.

Por isso dizemos que neste momento nem nos podemos reduzir à elite que tem consciência numa forma permanente, nem nos podemos fiar na capacidade de consciência colectiva momentânea que pode vir a ocorrer. Temos que organizar estas massas, estes milhares e milhares de trabalhadores (de todo o país, frise-se bem) à volta de problemas concretos — aumento do custo de vida, salários, saúde, condições de trabalho, luta contra caciques locais, etc.

Cabe aos revolucionários mais conscientes, que permaneçam no seio da organização de massas, não permitir que estes problemas se ponham em termos reformistas, constituindo lutas limitadas, feitas de uma forma apertada, apenas à volta daquele objectivo. Cabe aos revolucionários, em cada momento, em cada luta, em cada discussão, enquadrá-la na luta mais geral da luta do proletariado, enquadrá-la na luta contra o capitalismo e colocar as coisas em termos de caminhar para a tomada do poder. Mas isto tem que ser feito dentro das lutas, metidos nelas e não à sua margem, dando «bocas» políticas próprias de elite que não se mete nas banalidades do dia a dia.

Só assim organizaremos milhares e milhares de pessoas e multiplicaremos a organização. Estes trabalhadores estarão então aptos a na primeira ocasião de crise de massas, darem um salto qualitativo. E esse salto basear-se-á já sobre organização e não se esvaziará como um balão, como nos sucedeu tantas vezes no dia seguinte a grandes movimentações de massas.

## PREPARAÇÃO PARA O CONFRONTO

Esta organização à volta dos problemas concretos é uma preparação indispensável para o confronto, porque só ela permite que a organização cresça e que se ponha em termos de massas revolucionárias.

Mas é evidente que não chega. É por não chegar que ao mesmo tempo se tem de organizar, adoptando formas de luta de carácter diferente, tudo quanto diz respeito ao confronto físico, com o adversário.

E ao mesmo tempo há que travar uma outra luta, que é a luta ideológica, não na divulgação de teorias desligadas da realidade, mas na aplicação da teoria à análise da realidade, combatendo o reformismo, que tantas vezes se instala e sob tantas formas no seio do próprio movimento que se quer revolucionário.

É pois para este confronto que não é para amanhã mas que é próximo, que nos devemos preparar, ideologicamente, militarmente e alargando às massas a organização. Para vencer ou ser derrotado? Não o sabemos. Mas para nos confrontarmos e combatermos, com certeza.

(informe da Direcção do PRP ao Plenário de Responsáveis de 24 e 25 de Julho de 1976).



## nos quartéis

# Um as Forças Armadas para o "socialismo em liberdade"

O Governo constitucional que agora tomou posse sob os auspícios de Ramalho Eanes, apresentou também o seu programa a ser debatido na Assembleia da República durante alguns dias. Para além das boas intenções que este encerra, uma característica permanece ao longo de todo o programa: a ambiguidade traiçoeira que resulta da contradição em que os «socialistas» se encontram ao pretenderem agradar aos capitalistas e aos trabalhadores. E é um facto que ninguém vive de boas intenções muito menos os elementos da direita do PS, maioritários neste elenco governamental que congrega desde um Lopes Cardoso a um Firmino Miguel.

Mas, não é nosso objectivo a análise do programa do 1.º Governo constitucional mas sim os meios de que este Governo dispõe para concretizar os objectivos que se propõe atingir. Em particular, aqueles que vão depender directamente do ministro Firmino Miguel que, à partida, nos oferece para uma real avaliação das suas «qualidades» toda a sua prática no pós-25 de Abril: companheiro permanente e diríamos até conselheiro político do ex-general de má memória, António de Spínola.

Muito concretamente, em que situação se encontram as Forças Armadas após uma evolução tumultuosa conturbada por períodos muito intensos de contestação interna, repressão e mais recentemente em período de «reestruturação».

DO 25 DE ABRIL  
AO 25 DE NOVEMBRO

Após o 25 de Abril de 1974 a muito custo se foi desenvolvendo nas estruturas das F. F. A. A. uma dinâmica que reflectindo a luta de classes que se aprofundava fora dos quartéis; foi desmontando o mito que se tinha criado e que ainda agora alguns oportunistas de direita e de esquerda tentam manter, do MFA como motor da Revolução. Este movimento de elementos da pequena burguesia criado à volta de reivindicações de classe como oficiais de umas Forças Armadas derrotadas em todas as frentes de uma guerra colonial que se prolongava de 13 anos, descobriu a necessidade de ultrapassar essas simples reivindicações que tinham à partida mobilizado quadros intermediários e superiores, principalmente do Exército, e derubar o próprio regime já com uma escassa base social de apoio.

De uma situação de manutenção de uma ordem fascizante que impedia que o «25 de Abril entrasse nos quartéis» passou-se gradualmente ao que se chamou de democratização das Forças Armadas. A introdução de gabinetes de dinamização interna e externa veio contribuir decisivamente para a institucionalização dessa boa intenção, e dissemos boa intenção porque é a expressão que melhor define o impulso que dos respectivos departamentos dos Estados-Maiores saía e que atingiu em termos, na maior parte dos casos, meramente formais (tem de se obedecer sempre a tudo o que vem do escalão hierárquico superior) ou então escamoteando os objectos determinados nas recomendações que iam chegando às unidades. Foi o período das Assembleias (de Unidade Regional, de Ramo e do MFA-Nacional): chegou-se ao cúmulo dos delegados de unidade colocarem questões nas Assembleias Regionais ou Nacional que eram impedidos de discutir nas Assem-

belias da sua própria Unidade (presidida sempre pelo respectivo comandante). Isto para não falar na desproporcionalidade de representações das classes: eram escassos os praças que iam às reuniões Regionais ou Nacionais, chegando a haver recusas colectivas por parte dos delegados-praças o que eram sistematicamente «compreendidos» pelos respectivos superiores hierárquicos. A ausência de um trabalho consequente de dinamização a nível de unidades impediu que na maioria delas as eleições das Assembleias de Unidade fosse feita passando por cima da necessária mobilização e participação de todos os elementos nomeadamente da maioria, os trabalhadores, as praças. A permanência a nível dos comandos de elementos reaccionários permanentemente a sabotar e a conspirar, a manutenção das regras que regiam as relações dentro dos quartéis instituídas no famigerado RDM fascista. A ausência de contactos permanentes com as fábricas, os campos e os bairros que envolviam as unidades foram factores determinantes que contribuíram para além das boas intenções dos militares progressistas dos gabinetes de dinamização dos Estados Maiores pouco mais se ter feito no plano da democratização das F. A.

Quando adveio o 11 de Março, uma grande «explosão» se fez sentir nos quartéis de Norte a Sul, que se exprimiu num forte movimento de classe e que resultou no saneamento de alguns comandantes e oficiais mais ou menos cúmplices dessa intencional movimento esse concretizado pelos próprios soldados e militares progressistas nesse dia e seguintes, acompanhado de uma mobilização revolucionária muito forte que conseguiu alguns avanços que os Estados Maiores jamais tinham conseguido no período que precedeu esta data. Paradoxalmente após os primeiros dias depois do 11 de Março assistiu-se a um cortejo de afastamentos e saneamentos de elementos de esquerda que mais se tinham destacado nos dias anteriores



«Após a vitória eleitoral de Eanes é visível a inflexão à direita a todos os níveis das FFAA...»

tendo sido soldados e milicianos os mais atingidos nesta «caça às bruxas», cujos autores destacados eram em alguns casos oficiais «progressistas» que aterrorizados pelos «métodos selvagens» utilizados, tentavam desta forma conter o movimento avassalador que mobilizava os soldados e as suas formas espontâneas de organização para a vigilância e controlo revolucionário das unidades. Para além de outros inconvenientes graves, esta contenção impediu que se «limpassem» as unidades de todos os elementos que nos 11 meses anteriores tinham dado mais que provas que sabotariam de qualquer forma o avanço dos trabalhadores nos quartéis e fora deles para o socialismo; a assembleia de Tancos, pouco mais tarde vem a confirmar as intenções daqueles que conseguem salvar-se do justo saneamento nesse período. E quando a ofensiva reaccionária do passado Verão se desenvolve mais uma vez, é a classe trabalhadora fardada que vem para a rua mobilizada pelos SUV, gritar bem alto aquilo que até ali foi obrigada a conter: reaccionários fora dos quartéis, «soldados sempre sempre ao lado do povo», «operários, camponeses, soldados, e marinheiros unidos vencerão». Mas vai ser uma orientação periclitante, própria da pequena burguesia que vai permanecer dominante até ao 25 de Novembro que vem só confirmar esse carácter mais uma vez.

## APÓS O 25 DE NOVEMBRO

Depois do golpe reaccionário de 25/11 estão criadas condições para todos os que foram saneados ou afastados das suas responsabilidades durante os 19 meses anteriores, regressarem a postos de comando. E assim, vemos os Estados Maiores encherem-se de personalidades militares de direita ou mesmo a vincularem posições de reaccionários servidores de Marcelo e Salazar como Kaulza e Bettencourt Rodrigues, constituindo grupos de pressão junto aos novos chefes de Estados Maiores. Colocados nos centros de decisão militares tentam assegurar a transmissão da sua orientação nas unidades deslocando para aí elementos de confiança que vão

sendo úteis na contestação dos chefes da região militar que são «demasiado de esquerda».

Até Março deste ano, mês em que se fez a primeira incorporação, os comandos das unidades tiveram possibilidade de «limpar» completamente as suas unidades de contestatários remanescentes do período anterior o que veio a provocar situações ridículas como por exemplo na Força Aérea em que algumas unidades operacionais quase não tinham soldados para os diversos serviços. Paralelamente a esta «limpeza» tenta-se a criação de unidades que assegurem continuidade, eficiência e principalmente «ordem» o que resulta na formação de companhias de mercenários, o que aliás já se iniciara de Fábão para o Exército, com a constituição de uma companhia de comandos mercenários e que vai agora abarcar PM's e Páras. E para maior garantia já se assegurou o rearmamento da GNR e constituiu-se uma força especial de choque da PSP.

É neste quadro que o então chefe do EME, Ramalho Eanes, apresenta ao país (curiosamente numa visita oficial de agradecimento ao «progressista» Pires Veloso por ter assumido o comando do golpe reaccionário do 25 de Novembro no Norte), o plano base de reestruturação das Forças Armadas. Este plano que nos mereceu um comentário no momento em que foi formulado, foi, sem dúvida, um acto de incoerência: desde Tancos, referir o MFA como uma estrutura dominante na política deste país era um acto demagógico; Eanes passa-lhe a sua certidão de óbito com a sua proposta de reformulação de umas Forças Armadas que segundo ele devem possuir a estrutura e a essência de umas Forças Armadas perfeitamente convencionais, de modelo ocidental: com umas Forças Armadas tradicionais nunca se fizeram revoluções em nenhuma parte do mundo...

Após as eleições para a Assembleia da República assistimos a uma série de diligências que exprimindo-se em múltiplas visitas do CEME às unidades se viriam a desenrolar num estranho consenso que resultou na proposta de candidatura do actual PR Ao referirmos este facto não podemos deixar de o associar com a chegada de aviões para a Força Aérea da RFA, blindados para cavalaria com os respectivos oficiais instrutores provenientes



dos EUA e promessas de modernas fragatas para a Armada: terá sido este o preço do consenso?

Mas entretanto a «paz» foi desaparecendo para os comandos das unidades particularmente os de instrução, pois após Março os novos recurtas retomariam as lutas por melhores condições de alojamento, comida, contra a disciplina militarista e a repressão. E as prisões têm-se vindo a suceder, num ritmo jamais alcançado e em condições só compatíveis com o RDM fascista em vigor. Entretanto, contacta-se que a experiência dos mercenários não é tão fácil como inicialmente os seus promotores a concebiam: homens com uma idade que já não se pode considerar militar, com uma experiência recente de desemprego, recusando comandos que não reconhecem, não aceitando a disciplina que lhes procuram impor, são razões importantes para várias dezenas de mercenários na PM Comandos e Páras venham sendo dispensados, com a rescisão do contrato inicial por parte dos comandos das unidades.

Por outro lado, quer nestas unidades de máxima confiança, quer nas restantes, os soldados e os militares revolucionários não deixam de lutar para colocar as FA ao serviço dos trabalhadores para a Revolução Socialista: assim vão surgindo Gabinetes de Informação a nível dos EM e dos QG com a pretensão de detectar a origem de propaganda revolucionária que continua a aparecer permanentemente em todas as unidades do país. A recente campanha de Oteu deu ensejo aos soldados duma nova esperança e foram frequentes os casos de unidades onde apareceu propaganda deste candidato com o qual os soldados associavam o avanço da sua luta comum com os trabalhadores, fora dos quartéis, e com os revolucionários.

Após a vitória eleitoral de Eanes é visível a inflexão à direita a todos os níveis das FFAA o que se concretiza pela elaboração de uma tática já formulada em várias unidades pela direita militar e que consistiria no desaparecimento ou substituição do actual CR, o afastamento dos actuais chefes das regiões militares e dos militares que teriam intervenido nos acontecimentos do 25 de Novembro. Também o afastamento de elementos não propriamente de direita, liberais, como o Rangel de Lima e Lopes Cardoso e seus colaboradores, tal como a suspensão das promoções de alguns oficiais da Armada e FAP dados como progressistas, são indicadores claros do início da concretização de uma nova «limpeza» necessária para a manutenção de um instrumento eficaz da ordem social vigente ou do estabelecimento de uma nova «ordem» em os equívocos socializantes da actual. Neste plano se insere o aparecimento dos CDLS, sigla que permite a expressão mais ampla dessas posições reacçãoárias e «legítimas» a publicidade dada pelos pasquins fascistas a essas posições.

Também para os soldados a vitória de Eanes se fez sentir com alguns afastamentos compulsivos de passagem à disponibilidade ou licença registadas.

Tal é a situação das Forças Armadas Portuguesas, profundamente dependentes tecnologicamente da estrutura militar imperialista, com oficiais direitistas bem colocados nos centros de decisão e nas unidades militares, espelho da classe dominante nesta democracia burguesa em que gradualmente nos afundámos a caminho do fascismo ou da Revolução Socialista.



«O problema dos bairros de lata, é um problema de transformação da sociedade»

## OBJECTIVO DA INTERCOMISSÕES DE BAIROS DE LATA

# Acabar com as barracas

O «REVOLUÇÃO» entrevistou um camarada trabalhador membro do Secretariado das Inter Comissões dos Bairros de Lata dos arredores de Lisboa sobre as formas de luta que têm sido adoptadas e os obstáculos que se têm levantado ao processo de destruição dos bairros de lata e de construção de habitação dignas.

Os boicotes que têm sido praticados pelas Câmaras Municipais, entravando os processos, a carência de subsídio suficientes para o desenvolvimento do processo, têm sido muitos dos problemas que os moradores têm enfrentado.

**REVOLUÇÃO** — Como começou o processo de luta dos moradores dos Bairros de Lata dos arredores de Lisboa? Como se formou a Intercomissões?

**TRAB** — Nós começámos o processo tem reuniões com o SAAL Vimos que era urgente organizarmo-nos para lutarmos pela resolução dos nossos problemas. Ao princípio começou-se em LOURES, OEIRAS, SINTRA e VILA FRANCA e depois fomos avançando.

Muitos bairros de lata e bairros pobres quiseram entrar para o processo SAAL, e, agora, fazem parte da Intercomissões de 27 bairros.

Em certos bairros continua a ser muito difícil a mobilização dos moradores. Pois já estão cansados de tantas promessas, sempre lhe prometem uma casa, mas nunca apareceu nada. Mesmo há bairros que não se associam alguns, porque o processo SAAL obriga a legalização, a constituir-se em cooperativa ou associação.

**REV** — Quais são as ligações entre o SAAL e a Intercomissões?

**TRAB** — Nós vamos ao SAAL e, aí, contávamos as condições em que se vive nos bairros. Eles mandavam uma equipa averiguar se, de facto, o bairro se podia agregar ou não ao SAAL.

Geralmente, como as condições são tão más, todos os bairros que lá têm sido aceites.

A seguir vai uma equipa do SAAL trabalhar no bairro com os moradores, ajudando-os mesmo na sua organização. Depois de nós nos constituirmos em Associação ou Cooperativa dos nossos estatutos terem sido aprovados, começa o processo de expropriação de terrenos para a construção do novo bairro. Na escolha do terreno temos o apoio dos técnicos do SAAL que fazem o processo de expropriação para ser entregue na Câmara, daí seguir para o Ministério da Habitação, etc., ir aos vários departamentos do Estado. Este processo demora meses, até mesmo um ano, como já tem acontecido.

Enquanto tudo isto decorre, começam os projectos de construção de fogos e os projectos de infra-estruturas. Aqui, o SAAL, faz um inquérito nos bairros para se poder saber o tipo de casas que é preciso constituir, é também com base nesses inquéritos que são dados os subsídios (que agora são entre os 60 e 90 contos).

**REV** — Mas esse subsídio não chega, pois não?

**TRAB** — Nós temos pedido um subsídio maior pois, existem muitos casos de famílias que não podem pagar as rendas de casa, como os reformados e os velhos.

**REV** — Neste processo o aparelho de Estado tem-vos demorado imenso...

**TRAB** — Isto demora meses. Até agora, a bem dizer, só está um bairro construído, mas não está acabado.

Na construção temos tido bastantes problemas sobretudo com as Câmaras.

A Câmara dá prazos fora do normal para os empreiteiros fazerem o trabalho e, depois, o que acontece é que a obra demora imenso tempo.

**REV** — Qual é a diferença entre a Cooperativa e a Associação e, se não pensas que com a legalização a Comissão de Moradores e os moradores podem vir a perder poderes?

**TRAB** — Trabalhar como Comissão de Moradores é uma coisa muito mais ampla. Tem que se reger a cada momento pelas decisões dos moradores.

Mas, se nós ao princípio fizemos um estatuto segundo as necessidades e interesses dos moradores, um estatuto com pés e cabeça, vendo os objectivos que pretendemos alcançar, não há grandes problemas.

Isto é uma burocracia que temos que cumprir para recebermos os subsídios.

A Cooperativa e a Associação são idênticas, não há diferenças de fundo. As Cooperativas existem mais ao nível de Lisboa e as Associações nos arredores. Isto vem de o processo em Lisboa ter estado ligado à Câmara Muni-

cipal, de terem sido processos diferentes.

Os objectivos são os mesmos, o nosso caderno reivindicativo é igual. O problema é acabar com os bairros de lata, é claro que isto é um problema muito mais vasto, que é um problema de transformação da sociedade.

**REV** — Depois dos bairros estarem construídos como pensas que vai ficar a gestão dos bairros (atribuição de casas, rendas, etc.)?

**TRAB** — Cada bairro terá o seu método. Depois de um inquérito feito terá que se analisar caso a caso para se resolverem os problemas. Aí entra necessariamente o rendimento do chefe de família, o número de pessoas e o subsídio que houver.

Depois do bairro construído veremos o melhor processo para a distribuição das casas.

No meu bairro estamos a pensar que a distribuição deve ser feita por votos dentro do grupo de pessoas que vão ocupar o mesmo tipo de casa. Assim, sorteávamos entre as pessoas que vão ocupar casas, por exemplo do tipo 2 para se evitar problemas, para se evitar que haja pessoas que fiquem chateadas porque não ficaram com a casa ao fim da rua, etc.

**REV** — Que outros tipos de iniciativas têm sido tomadas?

**TRAB** — Lá no bairro não é só a construção do novo bairro, mas este é o nosso objectivo principal — acabar com as barracas.

Temos pensado na formação de Cooperativas de consumo, temos desenvolvido trabalho cultural, temos pensado na ligação cidade-campo que é muito importante, quer para nós, quer para os camponeses e é neste sentido que, como já disse, temos pensado na formação de cooperativas de consumo.

**REV** — A Intercomissões dos bairros de lata dos moradores de Lisboa têm trabalhado em conjunto com outros moradores de outros pontos do País?

**TRAB** — Estamos a trabalhar em conjunto com Lisboa, embora haja reuniões em separado. Há, no entanto, muitas reuniões conjuntas dos dois secretariados das duas Intercomissões.

Também há ligações com o Porto e com o Algarve. Ainda há pouco tempo houve um encontro a nível nacional e, de vez em quando, temos reuniões dos vários secretariados.



e a unidade popular

# Foi há um ano o documento do COPCON

Fez agora um ano que um grupo de oficiais progressistas afectos ao COPCON apresentou ao país um documento programático que para além, de constituir uma alternativa política para os trabalhadores e os revolucionários portugueses foi um elemento extraordinariamente clarificado na luta de classes nesse período pré-revolucionário que então vivemos.

## O DOCUMENTO DOS NOVE

Uma ofensiva reacçãoária que se fez sentir nos Quartéis, com o reforço dos oficiais direitistas nos comandos e com a complacência (ou cumplicidade?) do Poder político militar e que vai ter reflexo instituindo esse reforço na famigerada Assembleia de Tancos. Uma ofensiva fascista que se desenvolveu no Norte, no Centro e nas Ilhas com o assalto e agressões às sedes do PC e outras e a perseguição de todos os elementos progressistas, aproveitando-se na maioria dos casos a justa indignação das populações rurais contra as sucessivas arbitrariedades dos reformistas, a nível local. Com a manutenção da sabotagem económica do Imperialismo com as consequências relativas ao desemprego e ao desequilíbrio da situação económica e financeira e com um ascenso gradual, mas eficiente, da direita político-militar a nível do Poder lançando elementos sociais-democratas como teste de ferro da classe que tenta recuperar as posições adquiridas pelos trabalhadores desde o 25 de Abril de 1974 e que foi confirmado pelo desencadeamento da acção militar, através dos seus agentes no 25 de Novembro.

Este era em termos gerais o quadro em que o Documento COPCON surge, mais directamente, em alternativa ao chamado «Documento dos Nove» que não foi senão uma tentativa dos elementos «socialistas» do MFA, que temendo o avanço avassalador dos trabalhadores até ao poder e recusando comprometer-se nesse avanço, lançam uma tábua de salvação à volta da qual se vão agarrar todos os oficiais reacçãoários, até aí contestados nas suas unidades e se torna numa base programática congregadora dos elementos sociais-democratas e dos reacçãoários nas Forças Armadas.

Surgindo publicamente subscreito por nove elementos do Conselho da Revolução esse documento é o prolongamento do inicial PAP (Programa de Acção Política) programa de conciliação de classes e ameaçador das conquistas dos trabalhadores, decorre uma atitude que por parte de alguns desses homens anti-fascistas se pode considerar desesperada, dada a justiça de algumas das suas críticas a uma situação para a qual também eles participaram. Tendo como fundo a necessária denúncia do PC e de todos os seus agentes na instância do poder político-militar e recusando à partida a via social democrata recorre ao apontar criticamente certas situações o que encontra eco favorável em todos os meios reacçãoários. Assim, referindo-se à descolonização de Angola, «as formas de poder cupulistas e anarquizantes», à indisciplina reinante na FA apela à unidade, ao MFA e ao espírito do 25 de Abril e avança propostas quer nas relações externas quer nos problemas internos se po-

dem considerar de cariz social-democrata que na conjuntura que se vivia, surgiam de facto como a alternativa mais «avançada» que a burguesia poderia propor para contenção do movimento popular.

## DOCUMENTO DOS NOVE — AUTOCRÍTICA REVOLUCIONÁRIA

Denunciando à partida a ambiguidade de conteúdo e a confusão que lançou o documento dos 9, o novo documento subscreito inicialmente por alguns oficiais incorporados no COPCON e mais tarde considerado como uma proposta de trabalho daquele órgão militar para um programa político, abalança-se a uma efectiva clarificação da situação chamando a si a responsabilidade dos erros até aí cometidos por aquilo que se designou MFA.

O documento dividia-se em quatro partes fundamentais: a análise da situação, a análise do documento dos 9, as propostas e uma última parte que se referia à organização interna das Forças Armadas.

Na análise da situação fazia-se o levantamento das principais causas e dos erros cometidos que tinham levado àquela conjuntura: a ausência de uma linha política com implicações particulares para o aparelho de produção abalado pela sabotagem económica do Imperialismo, o encerramento de fábricas, fuga de dividas, o desemprego e as pressões externas sobre a direcção da política interna. A ausência de uma política para com os pequenos e médios comerciantes e industriais e a manutenção do abandono das populações rurais principalmente os pequenos e médios agricultores do Norte e Centro aos quais se deu, em vez de uma melhoria de condições de vida, sessões de verbalismo, sem significado concreto nas campanhas de Dinamização da 5.ª... Explicava-se também as razões que tinham determinado a hostilidade dessas populações para com o MFA, para com a Revolução: a instrumentalização das autarquias locais pela pequena e média burguesia por vezes «pouco exemplar» do MDP e do PCP, a errada política desenvolvida por forças dentro das Ligas de Pequenos e Médios Agricultores e das Comissões liquidatárias dos Grémios da Lavoura. Também aí se apontava o anacionismo das eleições do 25 de Abril de 74 e a inoperância dos 4 governos provisórios e as forças que os tinham integrado como a forma conciliadora e de cobertura que até aí se devia a manobras partidárias por parte do MFA.

Na sua segunda parte o Documento ao analisar o Documento dos 9 apontava fundamentalmente a possibili-

dade de recuperação pela direita que as propostas dos nove conselheiros, bem intencionados, permitiria (o que aliás se veio a verificar) a dependência económica financeira e política que levaria a política externa proposta que se traduziria na perda da Independência Nacional e interrogava também os nove subscreitores sobre alguns importantes questões abordadas incorrectamente naquele documento como a questão do caciquismo e as nacionalizações. Acabava esta parte com um aviso a estes conselheiros pelo facto da experiência mostrar que estes se poderão tornar nas primeiras vítimas da direita a quem estavam (ainda que involuntariamente) a dar a mão.

No que respeita à terceira parte relativa às propostas, avançava o documento algumas pistas a desenvolver e concretizar num programa revolucionário, consubstanciando na concretização do projecto aliança MFA-POVO. Aí se diz:... «Há pois que pôr de pé uma estrutura de organização de massas populares pela constituição e reconhecimento de conselhos de aldeias, de fábricas e de bairros que sejam os órgãos através dos quais os trabalhadores possam tomar decisões no sentido de resolver os seus próprios problemas e sem esta participação o socialismo é impossível». No que diz respeito às soluções económicas e sociais estas são avançadas em nove pontos tratando sucessivamente do problema da Reforma Agrária, os pequenos e médios comerciantes e industriais (o associativismo e o cooperativismo), o comércio externo (deixar a CEE e a EFTA e conquistar novos mercados no Terceiro Mundo e ex-colónias), o desemprego e a criação de novos postos de trabalho, a habitação, a saúde, o ensino, os desalojados, a terceira idade e os meios de comunicação (sem manipulações ao serviço das classes trabalhadoras). ACABA ESTE TERCEIRO PONTO COM A REFERÊNCIA À ESTRUTURA DE Poder capaz de materializar este programa a concretização da aliança MFA-POVO exigindo-se em direcção política, emanada da estrutura de base acima definida num período de transição até à obtenção e realização duma Assembleia Nacional Popular.

Num quarto e último capítulo faziam-se algumas considerações e propostas sobre o aspecto interno das Forças Armadas — a forma organizativa de classe as regalias sociais (melhoria de condições de vida dos praças) e a questão da disciplina: uma dinamização interna que permita o estabelecimento duma disciplina consentida pela compreensão e não por exigências hierárquicas).

## A REACÇÃO DOS TRABALHADORES E DAS MASSAS POPULARES

Após a publicação deste documento e tal como se tinha feito com o «Documento dos Nove», as unidades militares, através de consulta parcelar das classes, foram emitindo a aprovação ou a recusa dos respectivos con-



Há um ano, num fim de tarde o documento do COPCON foi lido aos microfones do R.C.P.

teúdos. Enquanto para o primeiro documento publicado se tinham feito escandalosos simulacros de votações ou subscrições por abaixo-assinado, (por exemplo, algumas unidades entregou-se o «passaporte» de fim-de-semana aos soldados, tendo estes que confirmar a sua recepção, com a sua assinatura numa folha que não era senão o abaixo-assinado dos praças daquelas unidades que estavam de acordo com aquele documento...) para o documento do COPCON rapidamente a notícia dos apoios a este documento por parte de militares ou unidades foi completamente absorvida por uma vaga de apoios e subscrições colectivas de cooperativas agrícolas, comissões de trabalhadores, comissões de moradores atingindo-se momentos de unanimidade e unidade jamais até ali atingidos. E o primeiro critério de verdade daquele documento foi avaliado pela mais massiva e impressionante manifestação que até ali se tinha realizado em Lisboa, em que participaram dezenas de milhar de trabalhadores de vários partidos, camponeses com os seus tractores, militares fardados e operários de toda a área urbana de Lisboa e Setúbal.

Os acontecimentos que se seguiram à saída deste documento vieram confirmar em larga medida as previsões e a falta de alternativa política por parte da burguesia e dos reformistas que já aquele documento apontava.

Não podemos deixar de realçar a oportunidade, mesmo na actual situação política, de grande parte dos pontos e questões apontadas e confrontá-los ainda que em linhas gerais com o programa do 1.º Governo Constitucional de Mário Soares.

Finalizamos transcrevendo a conclusão do documento-proposta do COPCON: «o presente projecto constitui a única proposta viável e realista que se oferece ao povo português para a sociedade socialista que se pretende alcançar, e constitui uma recusa firme e total ao Fascismo, à Social-Democracia e ao Capitalismo de Estado, formas de exploração que negam a real emancipação das classes trabalhadoras.

Viva a aliança entre operários e camponeses!

Viva a aliança indestrutível entre os trabalhadores e as forças armadas revolucionárias!

Viva a aliança MFA-POVO!  
Viva a Revolução Socialista!  
Viva Portugal!»



# A situação política e o novo Governo

O novo Governo constituído pelo Partido Socialista não tem condições para vencer a crise que o País atravessa. O seu programa visa recuperar o sistema capitalista, reforça a dependência em relação ao estrangeiro e favorece a escalda da direita mais reaccionária.

O governo P.S. não serve os interesses do Movimento popular. A forma de combater este governo e de impedir o regresso do fascismo estará no avanço da unidade, da organização e da luta, de modo a consolidar a alternativa construída pelos trabalhadores e pelo povo, a caminho do Socialismo.

## 1. UM GOVERNO DA DIREITA DO P.S.

O P.S. é claramente um Partido interclassista, pois nele coexistem importantes sectores da pequena burguesia, alguns sectores do proletariado e também sectores burgueses abertamente reaccionários e favoráveis à aliança com os partidos fascistas, à recuperação capitalista e ao jogo do imperialismo americano.

Ora o novo governo tem uma composição predominantemente de direita. A entrega de pastas como a da Defesa ao Spínolista Firmino Miguel, como a dos Negócios Estrangeiros a Medeiros Ferreira — partidário do alinhamento pelos interesses da Europa Ocidental e dos Estados Unidos — a nomeação de Cunha Rego para o cargo de adjunto de Mário Soares e de elo de ligação ao Presidente da República, são alguns dos aspectos mais inquietantes da composição deste governo.

Ao virar as costas aos interesses populares e ao dar ouvidos às exigências da direita e do imperialismo, o governo de Mário Soares incorre na grave responsabilidade histórica de contribuir para o agravamento da crise económica e social e para o seu futuro aproveitamento pelas forças reaccionárias.

## 2. AS CONTRADIÇÕES DO GOVERNO DE SOARES

Apesar de pretender salvaguardar as aparências progressistas e de proclamar objectivos de construção do Socialismo, o programa do Governo não deixa margem para dúvidas sobre as intenções de tudo fazer para tentar restaurar o capitalismo em Portugal e de fazer pagar a crise às classes trabalhadoras.

Para atingir estes fins o governo vai seguir uma política de divisão entre os trabalhadores, ao mesmo tempo que lhes propõe um «pacto social», ou seja, uma via de conciliação e de cedências que só poderá contribuir para amarrar os trabalhadores, de pés e mãos, perante os seus exploradores. Com efeito, a recuperação do capitalismo só seria possível através da adopção de fortes medidas anti-operárias e anti-populares, no seguimento daquelas que o VI governo decretou.

O governo do P.S. acusa já os trabalhadores de fazerem sabotagem económica. Ao mesmo tempo ameaça fazer aprovar novas leis contrárias aos interesses dos trabalhadores, no sentido de dificultar o exercício da greve, facilitar os despedimentos, favorecer a criação de sindicatos divisionistas.

O governo do P.S. propõe uma política de pretensa defesa da Reforma Agrária que, consentindo no regresso dos latifundiários, estimulando cooperativas do P.S., utilizando o

crédito na direcção do capitalismo, se destina a destruir a Reforma Agrária.

Mas o P.S. sabe que não poderá ir longe demais por este caminho: Ele não poderá esquecer as exigências da sua própria base social, ele não dispõe de um aparelho repressivo suficientemente coeso e submisso e, sobretudo, ele terá de enfrentar a combatividade das classes trabalhadoras que não estão suficientemente controladas pelo aparelho sindical reformista.

Nestas condições, o «pacto social» é inviável e o programa do governo impraticável.

## 3. A DEPENDÊNCIA EM RELAÇÃO AO ESTRANGEIRO

Reconhecendo a sua fragilidade no plano interno, o governo fez uma escolha: tentar sobreviver à custa da crescente dependência em relação ao estrangeiro.

Na tentativa de reanimar o mais podre capitalismo da Europa, a burguesia portuguesa opta pela dependência e o P.S. oferece-se para executar essa política. É o progressivo endividamento, traduzido nos empréstimos externos para comprar bens de consumo. É a política de tentar a integração no Mercado Comum. É um programa económico cuja primeira condição de viabilidade assenta num aumento exclusivo do investimento estrangeiro. É a crescente fascinação das Forças Armadas e a sua integração na NATO com o consequente reforço da dependência militar cada vez mais descarada. É em geral a subordinação à política do imperialismo alemão e americano.

Mas nem a dependência externa vai resolver a crise económica do capitalismo português, antes vai torná-lo ainda mais podre. A crise mundial do capitalismo não permitirá nem grandes ajudas nem grandes facilidades às exportações portuguesas. Os grandes monopolistas internacionais estão fartos de repetir que não investem antes de Eanes e a direita imporem a «sua ordem». O investimento estrangeiro quer trabalhadores domesticados. E quando vêm tanto os investimentos como as ajudas, vêm sempre acompanhados de pesadas condições políticas e económicas que se opõem aos interesses dos trabalhadores portugueses e à independência nacional.

## 4. A TÁCTICA DA DIREITA PERANTE O GOVERNO

O inimigo principal dos trabalhadores não é o PS. O inimigo principal é a direita mais reaccionária, que re-



«GDUP's defenderão, acima de tudo, a unidade de todas as camadas dos trabalhadores e do povo [...]»

presenta os interesses da grande burguesia, dos monopólios e do imperialismo. Por isso aos trabalhadores interessa saber qual é a tática do inimigo principal face ao governo P.S..

A direita reaccionária vai tentando ganhar terreno no aparelho de estado, nas Forças Armadas, nos órgãos de informação, liberta escandalosamente os pides, mas também sabe que ainda não tem condições para governar. As eleições para a Assembleia da República não lhe deram a maioria. Tentou a seguir o lançamento de Eanes. Este foi eleito, mas a campanha revolucionária de unidade popular, em volta de Otelo, alterou ainda mais a situação, ao fazer surgir um forte campo popular revolucionário e ao pôr em causa a política de conciliação das forças reformistas.

A participação do P.C.P. nos governos provisórios serviu objectivamente à burguesia para dividir os trabalhadores e travar o avanço e a luta das massas para a sua libertação e para o Socialismo.

Este governo não é ainda o governo que a direita e o imperialismo desejam, mas um governo de que a burguesia se quer servir para abrir caminho a um verdadeiro governo de direita.

O P.P.D. e o C.D.S. já anunciaram que apoiariam o governo P.S. ou lhe fariam uma «oposição construtiva» durante poucos meses. A tática é simples: utilizar o P.S. para enfraquecer o campo popular e, ao mesmo tempo, queimar o próprio P.S., mostrando posteriormente que ele apenas se tornou impopular e deixou agravar a crise económico-social. As forças da direita mais reaccionária e do fascismo estão à espreita, pensando que está próxima a sua nova oportunidade.

## 5. A POSIÇÃO DOS GDUP

Tendo em conta a situação política actual, o programa do governo P.S. e a tática da direita, a posição dos GDUP pode resumir-se nos seguintes pontos:

a) — Os GDUP defenderão, acima de tudo, a unidade de todas as camadas dos trabalhadores e do povo, desde a classe operária aos camponeses, desde os trabalhadores dos serviços

aos estudantes, técnicos e intelectuais progressistas. Os GDUP lutarão contra todas as medidas que tentem dividir o povo ou enfraquecer as organizações populares de base.

b) — Os GDUP defendem que o povo trabalhador não deve recuar nem fazer cedências em relação às suas conquistas já alcançadas e opor-se-ão a qualquer tentativa, não apenas de liquidar essas conquistas, como ainda de fazer pagar aos trabalhadores a crise do capitalismo.

c) — Os GDUP lutarão contra todas as medidas que favoreçam o avanço da direita e do fascismo e contra qualquer política de cedência perante essas forças.

d) — Os GDUP defenderão constantemente uma política de independência nacional, opondo-se a todas as formas de submissão económica, política e militar ao imperialismo.

e) — Os GDUP definem a sua atitude como de oposição revolucionária ao governo P.S., na medida em que se propõe governar com um programa anti-popular, a ser executado por uma equipa ministerial predominantemente de direita, ao serviço da recuperação do capitalismo.

f) — Os GDUP não consideram que a verdadeira alternativa popular ao governo P.S. seja a dita «maioria de esquerda», antes rejeitam essa falsa solução na medida em que também o PCP tem uma prática de reformismo e de conciliação com a direita (como é evidente nos casos da política sindical e da Reforma Agrária), além de atacar sistematicamente o próprio movimento popular.

g) — Os GDUP lutam pela verdadeira alternativa que pode resolver a crise a favor dos interesses dos trabalhadores e do povo. A alternativa da unidade popular aquela que se controli a partir da candidatura de Otelo e que se organiza numa ampla frente de massas. É a alternativa revolucionária, aquela em que os trabalhadores e o povo, unindo-se e contando com as suas próprias forças, tomam em mãos o seu próprio destino. É a única alternativa que pode barrar o caminho ao fascismo, impedir a recuperação capitalista e fazer avançar em direcção ao Socialismo. É a alternativa realista e necessária, que dia a dia se vai afirmando como a única saída possível.



e a unidade popular

# O avanço dos GDUP's: Questões de unidade e de organização

1. A unidade é uma das mais fortes aspirações dos trabalhadores e do povo. Camadas cada vez mais amplas dos trabalhadores e do povo compreendem que sem a unidade é impossível enfrentar a ameaça fascista, lutar pela defesa das grandes conquistas populares e avançar para o socialismo.

2. A candidatura de Otelo à Presidência representou um passo de decisiva importância na construção da unidade popular. Tendo por base um programa de luta bem preciso e claro e propondo uma forma de organização a todos os que quizessem unir-se para combater por esse problema, a candidatura de Otelo despertou enorme entusiasmo popular, demonstrando, a quem ainda a duvidasse, que o povo trabalhador quer a unidade, que o povo trabalhador, unido e organizado, é capaz de vencer.

Durante a campanha de Otelo formaram-se de norte a sul do país e nas ilhas, milhares de GDUP, que permitiram o esforço em comum de elementos do povo com diversas filiações partidárias ou sem partido. A acção divisionista da burguesia e dos conciliadores sofreu um rude golpe.

Terminada a campanha, os GDUP não se dissolveram, como queriam e pretendiam fazer os divisionistas, e antes soberam avançar mediante um reforço organizativo, a ligação às lutas concretas e o aprofundamento das bases programáticas da candidatura de Otelo.

3. Como não podia deixar de ser, nem tudo tem sido fácil e simples neste processo de construção e de fortalecimento de unidade popular. A unidade exige esforços e persistência. A unidade constrói-se sabendo reconhecer as divergências existentes e sabendo lutar correctamente pela sua superação. Naturalmente, existem divergências no seio dos GDUP. Era impossível que assim não acontecesse em estruturas onde se junta um tão largo número de trabalhadores em filiações partidárias, diversas ou sem filiação

partidária e com ideias e experiências que obviamente são distintas. Mas, com a mesma clareza com que reconhecemos existirem divergências e terem sido cometidos erros no seio dos GDUP, afirmamos, pela prática destes últimos meses, que essas divergências são superáveis, e esses erros corrigíveis. Isso contudo, exige a prática da crítica e a adopção de medidas adequadas à correcção dos erros. Assim, entendemos como indispensável vir hoje criticar publicamente atitudes assumidas recentemente pelo PCP (r), organização que não está representada na Comissão nacional provisória de unidade popular e que, em editorial de seu órgão central, e em posições tornadas públicas, sobretudo através de deputados da UDP na Assembleia da República, pretendeu arvorar-se em vanguarda política do processo de unidade popular e afirmar-se como direcção política dos GDUP.

A C.N.P.U.P. considera importante salientar:

a) Que a unidade popular conseguida em torno da candidatura de Otelo e traduzida, em termos organizativos, nos GDUP, resultou do esforço realizado por activistas com filiações partidárias distintas e de muitos outros sem filiação partidária que souberam compreender a necessidade histórica de construir a unidade popular, de acordo com o sentir e o querer de amplas camadas do povo. Nenhuma organização política pode, pois, reivindicar para si o mérito exclusivo ou principal dos êxitos alcançados, sendo absolutamente condenável que o faça.

b) Este movimento de unidade popular em construção não está subordinado a qualquer ou quaisquer partidos nem aceita a tutela de direcção política que quem quer seja lhe pretenda impor. Pelo contrário, caminha a passos firmes para se dotarem de uma direcção política própria. A direcção política do movimento de unidade popular será construída pelo movimento

popular, na sua luta, e através do seu funcionamento democrático e não por jogadas ou declarações de gabinete. Assim, a C.N.P.U.P. repudia as afirmações do PCP (r) e critica a UDP por ter dado cobertura a essas afirmações.

4. O avanço dos GDUP, quer no que respeita ao reforço organizativo, quer na sua cada vez maior ligação às massas populares e às suas lutas, torna necessário que, tal como disse Otelo no final da campanha eleitoral, se caminhe com rapidez para a organização de um congresso, que cumpra os seguintes objectivos:

a) Debate e definição soa objectivos estratégicos e táticas que se colocam à luta do povo trabalhador e ao movimento de unidade popular face à situação política actual.

b) Elaboração e aprovação de um programa concreto de luta, que tenha em conta a actual fase da luta de classes e que aponte objectivos e metas a curto e médio prazo.

c) Definição de uma estrutura organizativa que iorresponde ao estado, presente e futuro, do movimento de unidade popular.

d) Aprovação de bases estatutárias.

e) Eleição de uma direcção nacional.

Após reunião com as comissões distritais, realizada no dia 1 de Agosto, decidiu a C.N.P.U.P. tendo em conta a necessidade de reforçar as estruturas de unidade e a data previsível das eleições para as autarquias locais, marcar o primeiro congresso dos GDUP para os dias 2, 3 e 4 de Outubro próximo. Os trabalhos de preparação do congresso encontram-se já em curso e serão levados a cabo, através de um processo amplamente democrático, com a participação directa de todos os activistas dos GDUP. O primeiro congresso dos GDUP não se destina a constituir qualquer novo partido político mas sim a reforçar os GDUP e a levar por diante o movimento de unidade popular.



«Durante a campanha de Otelo formaram-se de Norte a Sul, milhares de GDUP's»

## ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

# A posição da C.N.P.U.P.

1. As próximas eleições para as autarquias locais constituem um acto político que não pode ser ignorado pelas forças populares e antes exige a sua activa e ampla participação.

As forças reaccionárias querem aproveitar esta ocasião para, baseadas no caciquismo local, tomar de assalto as juntas de freguesia e as câmaras municipais e, deste modo, darem um novo e importantíssimo passo na ofensiva que vêm conduzindo para fazer regressar o nosso país ao 24 de Abril.

Deitar por terra esta manobra da direita reaccionária, fazendo a fracassar de Norte a Sul do País e nas Ilhas, constitui tarefa que só pode ser levada a cabo com êxito através da apresentação e candidaturas de unidade popular, de candidaturas que agreguem os melhores filhos do povo em cada local e que sejam apoiados por todos os elementos progressistas das aldeias, vilas, bairros e cidades.

Atendendo ao facto de que as forças políticas

conciliatórias e reformistas não podem combater insequentemente a ameaça fascista, a apresentação de candidaturas de unidade popular é a única forma de barrar o caminho ao avanço do fascismo e de colocar nas juntas de freguesia e nas câmaras municipais homens e mulheres que defendam os interesses do povo, transformando as juntas e as câmaras em órgãos que contribuam para a resolução dos problemas que o povo enfrenta a nível local, desde problemas de saúde e habitação até problemas de carácter cultural e recreativo.

Por isso os GDUP participarão em quaisquer circunstâncias, nestas eleições, reforçando a acção que vêm desenvolvendo desde a candidatura de Otelo à Presidência da República. A participação dos GDUP far-se-á através da promoção de candidaturas de unidade popular e de apoio activo a estas candidaturas. Nelas terão lugar todos aqueles que apoiaram Otelo, todos aqueles que queiram ver-

dadeiramente combater contra o fascismo e pelo socialismo, independentemente da sua filiação partidária.

2. A Constituição Política prevê que nas eleições para as assembleias de freguesia possam concorrer, a par dos partidos políticos, grupos de cidadãos. Para as assembleias municipais e para as câmaras municipais ainda nada está determinado, mas os partidos burgueses prepararam-se para impedir que grupos de cidadãos concorram a estas eleições.

Os GDUP desde já denunciam estas manobras que mais não visam do que impedir a livre manifestação da vontade popular a nível local e a dificultar a apresentação de candidaturas de unidade popular e declaramos-se firmemente dispostos a combatê-las, lutando a todos os níveis para que a lei eleitoral consagre a possibilidade de apresentação de candidaturas por grupos de cidadãos para as assembleias e câmaras municipais.



# De "boas intenções" estão os pluralistas cheios

Bem cedo se anteviu o carácter «pluralista» do Governo PS, as suas «boas intenções».

Começaram as preocupações, os encerramentos de fábricas e os Decretos-Lei, os já famosos Decretos-Lei!

Desta vez foi publicado um que fixa sanções por injúrias ou difamações às corporações que exerçam

autoridade pública, civil ou militar, nomeadamente ao Conselho de Revolução, Assembleia da República e seus membros, autoridades policiais, etc. Nesse decreto, escreve-se no preâmbulo, que «importa desencorajar tais actos para a democracia e paz social» e «reforçar autoridade de que as mencionadas corporações se

revestem, sujeitando-as, bem como aos seus membros, a críticas objectivas, fundamentadas e justas, cauteladas do bem do público e contribuintes na moralização do exercício do poder».

As penas de prisão, são de um a oito anos, com as devidas condicionantes, com as devidas alíneas, enfim, com as tentativas várias de camuflagem, mas o que é um facto e que vão começar a ser aplicadas (por Decreto-Lei) penas de prisão por injúrias ou difamação aos «órgãos de autoridade pública e seus membros». Este diploma, dá a «hipótese» do arguido tentar «provar» os factos que é inculpação...

Bom, tudo se traduz pura e simplesmente em mais uma das inúmeras tentativas para evitar que os órgãos de informação os poucos que o podem fazer, relatem a verdade dos factos, transcrevam para o papel a realidade dos nossos dias, o avanço organizado do fascismo. Aquilo a que o diploma chama de «injúrias» e «difamação» às corporações que exerçam autoridade pública, civil ou militar» e nem mais do que toda e qualquer posição que seja tomada contra o regime vigente», contra o poder instituído. Dai que se algum jornal quiser dizer que em sua opinião o senhor A ou o senhor B são uns fascistas em todo o sentido da palavra, não o poderá fazer sob pena de ter um processo de prisão maior em cima. Terá que o dizer por meio palavras como antigamente, terá que o dar a entender!

Dai que se algum jornal quiser discordar completamente das tomadas de posição do CR ou da AR, terá que o fazer através de «críticas objectivas, fundamentadas e justas, cautelares do bem do público e contrintes da moralização do exercício do poder», o que quer dizer que mais vale não dizer nada, do que tentar escrever qualquer coisa que mal se perceba e por onde os tribunais não lhe possam pegar!

Este diploma, é, além de tudo o mais, o recomeço da censura agora não mais camuflada, mas legalizadas segundo todos os requisitos!

É evidente que os trabalhadores da Informação não podem deixar passar isto em branco, não podem permitir que mais uma vez, depois de 48 nos, lhes venham novamente restringir a liberdade de exercer uma profissão que tem por missão dar a conhecer ao povo trabalhador o que se passa em seu redor, quem são os homens que os governam e o que eles pretendem fazer.

A mais este avanço da direita a nível dos órgãos de informação (não lhes bastou conseguirem apanhar para o seu lado a (maioria dos diários e semanários) os trabalhadores da Informação e todos os outros, visto que isto diz directamente respeito a todos os trabalhadores, moradores, a todos os explorados, têm que dar uma resposta, não permitindo que mais esta afronta lhes seja feita. Cabe aos órgãos de trabalhadores (GDPU's Comissões de trabalhadores e de Moradores) tomar uma posição nunca menor que aquela que está a ser feita quanto ao decreto antioperário 530/76 e todos os outros.

## A POLÍTICA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

# "Domar" os sindicatos

Marcelo Curto (PS), ministro do Trabalho, tem sido várias vezes entrevistado pelo semanário «Expresso» (nem outra coisa seria de esperar); no entanto, o sr. Ministro (PS) levantou agora uma questão que nós não nos dispensamos de comentar, principalmente pelo carácter declaradamente antioperário que tem e pelo verdadeiro oportunismo de que se reveste.

A questão que se levanta agora foi a da LEI DA GREVE, que muitos problemas tem causado aos anteriores Governos, principalmente ao VI e que de certo muitas noras de sono tem tirado à burguesia.

O Governo PS tem de certeza meditado muito para conseguir arranjar maneira de anular e desactivar esta lei, sem no entanto acabar com ela para não dar um aspecto «antidemocrático» facilmente denunciável. Sendo assim, parece que o sr. ministro do Trabalho (PS) descobriu a fórmula ideal, muito à maneira da social-democracia europeia pro-americana de tornar as greves menos abundantes e menos nocivas; diz ele que o ideal «o reconhecimento dos sindicatos como únicos órgãos competentes para declarar a paralisação do trabalho»; ignorando por completo a existência das comissões de trabalhadores, órgãos eleitos pelos próprios trabalhadores e mandatários destes. Esta tentativa de resolução por parte do sr. ministro (PS) do problema das greves, dá-lhe à primeira vista duas certezas:

1.º — Os sindicatos cuja direcção seja afecta ao PS (e não são tão poucos como isso, principalmente a nível de serviços) esses de certeza que lhe não vão trazer problemas.

2.º — Os sindicatos cuja direcção seja controlada pelos reformistas, com esse possível negociar, é possível conseguir comprometimento, possível que pelo menos eles prometam que decretam o mínimo de greves possível. (exemplo dos Rodoviários de Setúbal, entre outros — ver Revolução anterior).

O sr. ministro só está a «esquecer» de uma coisa que talvez seja o mais importante: a incoerência absoluta de que o Governo PS se reveste. O Governo PS (ou seus porta-vozes) dizem, com frases muito «revolucionárias» que a revisão da lei da greve seria uma tarefa prioritária no actual Governo, o «qual exigiria o seu mais rigoroso cumprimento» para tentar agarrar as suas bases trabalhadoras, para continuar a enganar os trabalhadores que ainda vão na sua conversa, e, logo a seguir, Marcelo Curto diz que caberá somente aos sindicatos o decretar de qualquer greve. É evidente que isso em social-democracias, como por exemplo a Suécia, é capaz de pegar. Aqui não pega com certeza, porque quando os trabalhadores de qualquer empresa virem em risco o seu ordenado, o seu emprego ou a sua sobrevivência (como vem acontecendo quase diariamente) não hesitarão como uma das últimas medidas a adoptar, a utilizar a greve, quer o Sindicato queira quer não.

Perante a situação económica em que vivemos, com a inflação permanente, o aumento do custo de vida quase diário, com a saída de decretos-leis de cariz declaradamente antioperário, com dezenas e dezenas de contratos colectivos de trabalho que estão a caducar e que as entidades patronais se recusam a negociar com o pagamento (ou não) breve do 13.º mês, os trabalhadores nos seus locais de trabalho não vão ficar à espera das direcções sindicais, não vão ficar à espera que se pronunciem. Estas têm duas hipóteses: ou funcionam como uma vanguarda reivindicativa essencialmente — mas uma vanguarda necessária neste momento — ou facilmente são ultrapassadas pelas bases, pelas decisões em plenários daqueles que são directamente atingidos pelas prepotências patronais.

É esta uma das incorrências do Governo PS, é este um dos seus grandes dilemas: ou vira completamente à direita e têm de reprimir perdendo parte da sua base social de apoio que lhe permite «movimentar-se» a nível do poder, ou se tenta manter numa tentativa desesperada de estabilização em democracia burguesa, numa social-democracia, e rapidamente ultrapassado e recalçado, ou pela direita fascista ou pela classe operária e demais explorados. De qualquer maneira a sua política levará o PS a perder grande parte das suas bases, ou para um lado ou para outro, e não é tentando dominando o aparelho sindical que se consegue aguentar; o mínimo que lhe pode acontecer, é o que está a acontecer às direcções reformistas (P.C.P.) de há um ano para cá: serem constantemente contestadas pelas bases pela sua política perfeitamente afastada das realidades concretas a nível de cada local de trabalho e o seu carácter conciliatório e de traição.

## Luta dos Trabalhadores

### MORADORES DE ALMADA

A Comissão de Moradores da Cova do Vapor inaugurou no passado dia 7 um parque infantil, finalmente a funcionar, depois de longos meses de espera.

Esta Comissão, para além do parque infantil, propõe-se ainda aumentar a conduta de água de modo a que chegue a todas as casas, concluir um esporão para defesa do mar, instalar luz eléctrica, cabine telefónica, etc.

Os moradores preocupam-se com os seus próprios problemas, e vão-nos resolvendo...

### LANIFÍCIOS JOSÉ PINTO DE SOUSA

Os trabalhadores da Fábrica de Lanifícios José Pinto de Sousa ainda não tinham recebido o subsídio de Natal referente a 1975, e o patrão não pagava segundo a tabela estabelecida pelo CCT.

Os trabalhadores reuniram em plenário dia 3 do corrente mês e perante a ameaça do patrão de lhes descontar até o tempo que estavam reunidos, a produção parou nessa altura e só foi retomada depois do patrão se ter comprometido a pagar os salários segundo a tabela do CCT e do subsídio de Natal de 1975 até Outubro deste ano.

### AJUDANTES DE FARMÁCIA

Continuam as preparações a nível nacional para a greve dos ajudantes de farmácia, ainda sem data acordada. Os motivos de mais esta greve são o quadro de densidades que a entidade patronal se propunha a pagar salários diferentes para iguais trabalhos e as horas extraordinárias, que a entidade patronal continua a propor um pagamento inferior de 50 por cento do previsto na lei.

Para as farmácias que se encontram em localidades em que é grandemente prejudicial o seu encerramento, os trabalhadores decidiram abrir ai o estabelecimento e vender os medicamentos com 20 por cento de desconto.

### BANCÁRIOS DO NORTE

Um plenário convocado pelo sindicato dos bancários do Norte, ficou decidido dar prioridade no preenchimento de postos de trabalho a bancários retornados. Esta posição coincide com a tida à poucos dias pelo ex-ministro Salgado Zenha, posição do Governo PS enfim, posição de uma classe definida — a burguesia.

### PORTEIROS

O «Sindicato dos porteiros dos prédios urbanos» deu no passado dia 7 uma conferência de imprensa no Hotel Tivoli em Lisboa atacando a actual direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço de Portaria, vigilância, limpeza e actividades similares, verdadeiro representante da classe. A razão do mais este ataque, continua a ser a questão da representação dos trabalhadores de portaria (cerca de 20 mil em todo o País). Arrançou-se a legalismo, aquele sindicato fantoche que teve estatutos publicados em Fevereiro, justifica a sua existência somente com esses estatutos e quanto a trabalho junto da classe nada se vê. O Sindicato dos Trabalhadores de Portaria, em contra-partida, tem organizado os trabalhadores, fazendo reuniões por zonas das cidades, evitando despejos, constituindo grupos de animação formados por voluntários, dado apoio a C.M. e tem neste momento cerca de mil e quinhentos processos em contencioso, dos quais 200 já estão resolvidos. O que o Sindicato fantoche está a tentar fazer é mais uma afronta da burguesia a toda e qualquer tentativa de organização dos trabalhadores.



## e a actualidade nacional



«O Governo PS terá de ser visto e combatido não como o principal inimigo dos trabalhadores, mas como o Governo que abre o caminho ao regresso do fascismo»

Sob o título «contra o avanço do fascismo e a recuperação capitalista, construamos a alternativa revolucionária», emitiu a Direcção do PRP o seguinte comunicado:

### 1 — SITUAÇÃO POLÍTICA ACTUAL

A situação política actual caracteriza-se principalmente por uma aceleração da marcha na aplicação do plano de direita (que já num primeiro tempo fez 25 de Novembro). Nunca depois desta data isto se evidenciara com tanta clareza como tem acontecido nas últimas semanas. A legislação anti-operária e anti-trabalhadores, os despejos de Moradores pobres com recurso às mais brutais formas repressivas, a libertação de conhecidos tortionários da PIDE (como Sachetti) e o regresso de Spínola, são indicadores significativos dessa situação. As recentes alterações (e as que são de prever a curto caso) a nível militar, afastando do Poder efectivo (que é o poder das armas) militares de esquerda do chamado «Grupo dos Nove», como Charais e Pizarra e substituindo-os por homens de plena confiança de Eanes, ao mesmo tempo que permanecem nesse poder efectivo os subejamente conhecidos Pires Veloso, Morais e Silva e Souto Cruz, são novos indicadores claros de que o plano de direita esta agora em marcha acelerada.

E os chamados CDL's hoje, embora com composição e definição diferentes vêm na linha da famigerada Frente Unida Militar, que aqui há um ano preparava o golpe de direita do 25 de Novembro. Não será que as prisões de terroristas fascistas, de há muito conhecidos e denunciados pelas forças de esquerda, (e onde estarão os seus cabeçelhas a alto nível político-militar?), têm pelo menos, duas funções? Dar cobertura à vinda de um dos seus chefes — o criminoso Spínola — e preparar uma onda repressiva, que a curto prazo se abata sobre a esquerda revolucionária.

Spínola, (que ainda no 25 de Abril tinha horror às palavras «fascismo» e «democracia» e as retirou de textos elaborados por outros militares, a pretexto de que em Portugal não haveria fascismo e de que a democracia era uma palavra perigosa), homem do 28 de Setembro e do 11 de Março, não veio para Portugal neste momento, por simples mau génio, como pretendem alguns, mas veio concertiza enquadra-

do num próximo plano de intervenção militar da direita.

E as forças reformistas conciliadoras, a nível civil e militar (PS, PC, GIS, alguns militares do «Grupo dos Nove») que se lamentam ou se dizem preocupados, mas que têm uma prática continua de compromisso e recuo, estão a abrir, objectivamente, o caminho a um rápido regresso ao fascismo.

### 2 — O ACTUAL GOVERNO

Os trabalhadores e os revolucionários conheceram bem o VI Governo, pelas suas medidas repressivas, anti-operárias e anti-trabalhadoras. Mas o PS, que já tinha maioria neste VI Governo, constituiu agora um novo Governo dito definitivo, e apresentou o seu programa. Apesar de muito falar em Verdade e socialismo e enunciar grandes objectivos este Governo não defenderá nem as liberdades nem o socialismo nem terá condições para resolver a crise.

O Programa do PS e o seu Governo visam a recuperação capitalista, aumentam a dependência em relação ao Imperialismo e favorecem o avanço do fascismo.

O direito à reserva, nas propriedades dos grandes Senhores da Terra, o pagamento de indeminizações aos monopolistas e latifundiários, as manobras tendentes a dividir as grandes propriedades colectivas, nacionalizadas, os créditos a determinadas empresas e cooperativas — detrimento de outras, as deslocações violentas de terras e casas — objecto de congelamento das vendas de casa, a lei sobre o Controle de Gestão, os projectos de lei contra a Unidade Sindical, as várias formas de lançar trabalhadores contra trabalhadores, são algumas das principais medidas que visam a recuperação capitalista.

O crescente endividamento aos Países capitalistas mediante a concessão de créditos, ainda que reduzidos por parte destes, mas que atingem sobretudo importações de bens de consumo e não de bens de produção, os esforços de integração no Mercado Comum, o cada vez maior enquadramento na NATO (veja-se a Brigada NATO, que aqui ficará com missão que será certamente de intervir contra os trabalhadores e revolucionários), tu-

# CONTRA O AVANÇO DO FASCISMO CONTRA A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA CONSTRUAMOS A ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA



do isto são peças de uma crescente subordinação económica, militar e política ao Imperialismo.

Mas o Governo para governar como convinha aos interesses imediatos da burguesia, para aplicar o seu «Pacto Social», ou dispunha de Sindicatos que enquadrassem perfeitamente os trabalhadores, à semelhança do que acontece em certos Países de domínio Social democrata (e em Portugal não há tradição nem condições para esse enquadramento) ou, então teria de recorrer a uma repressão feroz sobre a classe operária, os trabalhadores e mesmos vastos sectores da pequena burguesia. A hipotese de recurso a este tipo de repressão não é viável, dada a base social de apoio do PS (as contradições entre interesses da burguesia e dos trabalhadores no seu seio), dada a sua imagem pública, e dada a actual inexistência de um aparelho repressivo devidamente informado coeso e controlável. Mas, a classe operária, os trabalhadores, as forças revolucionárias e progressistas deram sobejas provas de uma rara combatividade, dotaram-se de instrumentos orgânicos, ideológicos e de determinados meios que constituem uma garantia de que não será fácil fazer os exploradores apertar o cinto para que monopolistas e latifundiários sejam reembolsados de que não será possível fazer com que sejam os trabalhadores a pagar a crise do capitalismo.

Neste contexto, não sendo viável o

Governo PS, esgotando-se a curto prazo as suas possibilidades de governação, é contudo, um instrumento de que a burguesia necessita e utiliza neste momento de transição, até criar as condições ao estabelecimento de um Poder capitalista-fascista, que seja capaz de governar efectivamente. Para o estabelecimento desse poder, a burguesia precisa ainda de ter uma policia politica eficaz e de ganhar mais terreno no domínio do aparelho de estado e da FA. Assim, o governo PS terá de ser visto e combatido não como principal inimigo dos trabalhadores, pois este é a extrema-direita e imperialismo, mas como um governo que abre um caminho ao regresso ao fascismo, e a oposição de classe a este governo será aquela que se forjará nas lutas concretas diárias perspectivadas constantemente pela construção da alternativa revolucionária para a crise.

### 3 — O MOVIMENTO DE UNIDADE POPULAR

O grande entusiasmo e mobilização conseguidos a partir da candidatura e programa de Otelo foram o resultado das condições concretas então vividas e da capacidade de ultrapassagem de divergências partidárias então obtida. Desenvolveu-se uma enorme esperança de libertação nos sectores mais conscientes e nos mais explorados do povo português. Apesar das



# TRA O FASCISMO TRA O CAPITALISTA UAMOS REVOLUCIONÁRIA



... «e a oposição de classe a este Governo será aquela que se forjará nas lutas concretas diárias perspetivas contantemente pela construção da alternativa revolucionária para a crise.»

manobras e dos ataques de burguesia e da direcção do P. C. P., foi possível fazer recuar a direita, infligir uma derrota à direcção reformista e traidora do P. C. P. e criar condições para erguer um grande movimento de massas antifascista e anticapitalista.

O P. R. P. deu a esta enorme batalha grande parte do seu esforço, combateu o sectarismo e procurou chamar para o Movimento o maior número possível de militantes com ou sem partido. O P. R. P. procurou colocar sempre os interesses do proletariado e do Movimento Unitário acima dos seus interesses de partido. O mesmo aconteceu com outras organizações e com muitos camaradas sem partido. Foi uma grande vitória pelas forças revolucionárias e pelo Movimento Popular mas corre graves riscos de se transformar numa derrota se não for possível superar divergências existentes e que não voltaram ao de cima. O P. R. P. tudo fará para que elas sejam superadas, desde que não sejam postas em causa os interesses da Revolução e do proletariado.

Apesar do saldo largamente positivo que foram e são os GDUP's e o Movimento de Unidade Popular gerados neste processo, a verdade é que se verificaram e se verificam graves atentados no seu seio à democracia proletária e à Unidade Popular.

Constata-se, na maior parte dos casos, que foram militantes da UDP e PCP(R) (muitos não têm essa prática)

que neste Movimento tiveram posições manipuladoras, controleiras e sectárias, levando ao afastamento de muitos camaradas das bases do PS, do PC, e sem partido. Na mesma linha, e assumindo expressão pública, um Editorial do Órgão Central do PCP(R) referia este partido como vanguarda política dos GDUP's; uma declaração de teor semelhante foi feita numa conferência de Imprensa por um dirigente deste mesmo partido e posteriormente o deputado da UDP deu cobertura a esta posição do PCP(R) na Assembleia da República. Na sequência disto estas duas organizações foram criticadas publicamente por essas atitudes assumidas, e os seus dirigentes que tanto falam de necessidade de crítica e auto-crítica não foram capazes (serão capazes?) de aceitar a crítica justa que lhes feita pela Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular. Mais, além de baixas manobras contra a CNPUP, afirmaram posteriormente em conferência de Imprensa que a posição da CNPUP era incorrecta e fazia o jogo da direita e do PC. Isto prova que não estão dispostos a aceitar críticas, que irão persistir no erro, que nada garante que cumpram os acordos estabelecidos para desenvolvimento do Movimento Unitário. E tal é a obsessão de ser direcção política do Movimento que uma posição semelhante à veiculada pelo citado editorial voltou a vir expressa no mesmo Órgão Central, apesar das

críticas já verificadas. Para a UDP e para o PCP(R), que têm uma concepção do papel do partido idêntica à do PCP, concepção que coloca o partido acima de tudo, que vê os sindicatos e as organizações dos trabalhadores como correias de transmissão do partido, que não distinguem o partido da Organização Autónoma dos Trabalhadores, nós sabemos que é bastante difícil compreender as justas críticas e corrigir os erros apontados.

Mas a Revolução não se compadece com estas incompreensões ou com o deixar andar das coisas: Se o controleirismo, o sectarismo, e o golpismo não fazem decisivamente afastados do Movimento, este estreitar-se-á, ficará reduzido a alguns elementos partidários e seus amigos, a direcção representar-se-á cada vez mais a ela mesma, à semelhança do que aconteceu num passado ainda recente com alguns chamados Secretariados de Órgão de vontade popular, que mais não eram do que um instrumento partidário, e representavam grande parte das vezes comissões fantoches. O combate a estas posições erradas tem de ser levado a cabo com firmeza, condição indispensável para que uma unidade ampla seja possível, para que o Movimento se dote de uma direcção política revolucionária, e para que o inimigo de classe seja derrotado.

#### 4 - A ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

A consciência das condições objectivas existentes, da velocidade com que se aprofunda a crise e com que se reorganiza a derrota, deverá ser motivo não apenas de justa preocupação dos revolucionários, mas sobretudo da necessária tomada de medidas adequadas para fazer face ao atraso organizativo em que se encontra a alternativa de esquerda.

Unir e organizar solidamente os trabalhadores e os revolucionários nas fábricas, nos campos, nos quartéis, nos bairros e nas escolas é objectivo a conseguir com urgência, e que tem de merecer todo o nosso empenhamento. E isso irá ser feito não no abstracto, mas a partir das lutas concretas que se estão a (e vão) desenvolver por toda a parte. A defesa intransigente das grandes conquistas dos trabalhadores e o seu aprofundamento são objectivos centrais de luta. É preciso lutar diariamente contra o desalojamento dos trabalhadores das fábricas,

terras e casas, pela ligação efectiva entre a cidade e o campo (as vendas directas têm sido disso exemplos a multiplicar), contra o desemprego, contra a vida cara, contra a fome, contra a repressão, contra a informação ao serviço dos capitalistas. Nos próximos tempos será preciso travar uma grande batalha em torno das eleições para as autarquias locais, batalha que poderá permitir mobilizar, unir e organizar largas camadas dos explorados a partir dos seus problemas concretos. E será preciso travar uma grande batalha no sentido de dar uma perspectiva revolucionária aos Sindicatos contra o objectivo do reformismo de várias matizes, que pretende controlar os trabalhadores através dos aparelhos sindicais e espartilhar as suas lutas dentro do campo meramente reivindicativo. O programa controlador e burocrático da Intersindical para o Congresso dos Sindicatos, além de se enquadrar nesta perspectiva errada, favorece os objectivos da burguesia que pretende destruir a Unidade Sindical.

As Comissões de Trabalhadores de Moradores constituem formas privilegiadas de actuação do proletariado e, como tal, devem ser defendidas perante os ataques da burguesia deve-se promover o seu desenvolvimento e coordenação.

No que respeita ao Movimento Unitário é preciso avançar em força com os GDUP, articulá-los adequadamente com os Órgãos de Poder Popular, com os partidos revolucionários e com os soldados e militares progressistas. Em ligação com tudo isto, é inadiável a construção de uma direcção política revolucionária sem a qual não estaremos à altura das nossas tarefas históricas.

Se conseguirmos ir para a frente em todos estes campos, estaremos a construir a autêntica alternativa para a crise, estaremos a fazer com que o projecto de regresso ao fascismo que alguns defendem seja derrotado e que a Revolução Socialista saia triunfante.

— EM FRENTE COM O PODER POPULAR

— EM FRENTE COM OS GDUP E O MOVIMENTO DE UNIDADE POPULAR

— EM FRENTE PARA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA



## dos trabalhadores

OLIVEIRA E FERREIRINHA

# A consciência dos trabalhadores num conflito que se arrasta

Continua a paralisação na fábrica Oliveira & Ferreirinhas, Ld.ª na Estrada Exterior da Circunvalação, Matosinhos, quando já vão decorridos 17 dias sobre o seu início, devido às reivindicações dos trabalhadores.

No dia 6 de Agosto a respectiva Comissão de Trabalhadores concedeu aos órgãos de informação uma conferência de Imprensa. Começaram por focar o facto de o Banco Português do Atlântico (que detém 31% do capital da empresa) não conceder um aval de 5000 contos destinados ao pagamento de subsídio de férias e retroactivos. No entanto, a Comissão de Trabalhadores calcula que os prejuízos da paralisação rondam entre os dez e os doze mil contos. Até 1974, os trabalhadores já eram explorados e, por tal motivo, os lucros eram grandes. A partir do dia 25 de Abril saiu novo CCT que trouxe melhores remunerações e a diminuição de 48 para 45 horas (em alguns casos 43), a situação começou a alterar-se, porque não se fez a reestruturação da empresa. Com isto verificou-se uma baixa de produtividade, por falhas de ordem técnica e de investimento. De notar, que as condições de trabalho são péssimas: existem secções onde os trabalhadores trabalham com a temperatura de 40 a 45 graus centígrados.

Contudo, os trabalhadores afirmam que não há falta de trabalho e para satisfazer as encomendas teriam de retomar o trabalho normal. A Comissão de Trabalhadores dirigiu-se várias vezes a Lisboa, aos Ministérios do Trabalho e das Finanças, mas todas as diligências feitas resultaram infrutíferas.

Após terem dado a conhecer todos os passos dados para resolverem o assunto falaram sobre o plenário realizado no passado dia 6 o qual não chegou ao fim devido a um conflito com o único gerente presente na empresa. Esse gerente, eng.º Lemos Pereira, tentou e conseguiu rasgar uma Moção apoiada e aprovada pelos trabalhadores. Esta acção fez com que os trabalhadores tentas-

sem agredi-lo, o que só não fizeram porque a CT pediu calma.

A confusão gerou-se e o plenário terminou sem que algo tivesse sido resolvido. O eng.º pediu a demissão do cargo ao BPA e conseguiu que alguns «batas brancas» (técnicos) se solidarizassem com ele.

A Comissão de Trabalhadores afirmou categoricamente que tal acto, é uma pretensão de transformar a fábrica numa segunda Têxtil Manuel Gonçalves. O BPA apresentou a proposta de que só pagaria os subsídios e retroactivos se até Novembro a fábrica atingisse uma produção de uma tonelagem a discutir entre a gerência e a Comissão de Trabalhadores. Se tal acontecesse o BPA pagaria nos meses Setembro, Outubro e Novembro, um terço de retroactivos e subsídios, completando, assim, em Novembro, o pagamento dos mesmos. A Comissão de Trabalhadores, por sua vez, apresentou também ao BPA a sua proposta de pagar imediatamente e se a produção a combinar não for atingida, não seria pago o subsídio de Natal. Até ao momento não se tinha chegado a um acordo.

A fábrica tem uma encomenda da empresa sueca «Volvo» (cliente n.º 1) de oitenta mil abraçadeiras e corre o risco de ser cancelada e perderem o cliente se não for satisfeito. No entanto, os trabalhadores estão conscientes do perigo e por tal motivo era propósito da CT, no plenário realizado, levar os trabalhadores a suspenderem a luta para satisfação da encomenda, recomeçando mais tarde. Como o plenário não terminou devido ao conflito gerado pelo gerente, só no próximo plenário o assunto será debatido. Entretanto, os trabalhadores deslocaram-se em manifestação ao Ministério do Trabalho a fim de entregarem a Moção aprovada em Plenário. No fim da Conferência de Imprensa a Comissão de Trabalhadores fez uma crítica ao actual Governo PS por este não pressionar o BPA, já que 70% da produção da fábrica destinam-se à exportação, o que significa a entrada de divisas em Portugal.



## Sete famílias despejadas nas Patameiras

Sete famílias foram despejadas no bairro das Patameiras em Odívelas. Os senhorios, tal como todos os exploradores, sentem as costas quentes, sentem que este poder lhes é favorável. Centenas de polícias de choque são mobilizados pela burguesia para despejarem sete famílias.

Em Odívelas a policia actuou como nunca tinha feito. Pela manhã mandou um carro patrulha certificar-se que os moradores não se encontravam em condições de opor resistência para, às 10 horas atacar em força.

Segundo consta aqui, anda medo o dinheiro do senhorio pois, à noite quando apareceu um advogado afirmando que a desocupação era ilegal e a perguntar pela ordem de despejo, a policia retirou.

O «Revolução» falou com alguns moradores do bairro das Patameiras, sobre mais este ataque da burguesia ao direito a uma habitação digna para todos os trabalhadores, direito este consagrado na Constituição que tal como os outros que afectam os interesses da recuperação capitalista serão pura e simplesmente esmagados, a não ser que os trabalhadores consigam organizar-se para resistir às investidas da burguesia e avançar na luta pelo socialismo.

**REV. — Camarada, como se procedeu à ocupação do prédio e como viviam antes?**

**1.º MOR. —** Fizemos a ocupação em Junho de 75, o prédio já estava pronto havia 2 anos. Falei na Câmara e na Comissão de Moradores, vivia numa barraca e foram lá tirar uns apontamentos. Depois foram-me entregar a chave do 3.º esquerdo do prédio donde fomos despejados.

Já estamos aqui há um ano. Ao fim de um ano, apareceu então a policia de choque que nos desalojou daqui, e, com 6 filhos, o mais velho com 10 anos e o mais novo com 10 anos. Coitadas das crianças que dormem agora na rua, que não se podem lavar, onde não existem as mínimas con-

dições de higiene. Há um ano que não trabalho e ganho da Caixa 63\$20. Já tenho ido algumas vezes para o hospital. Sofro do coração e, agora é ataques atáts de ataques.

**REV. — Depois da ocupação do prédio quais foram as medidas que tomaram? Como se organizaram?**

**2.º MORADOR —** A Comissão de Moradores e o Copcon é que nos deram a chave e à procura do que nos era mais necessário. Eu vivia numa barraca que está toda a cair, e a minha mãe ainda vive lá.

Começámos a pagar a renda conforme o ordenado e iam entregando à Comissão de Moradores que ficou a tratar dos contratos. Tíhamos prazo até ao dia 1 de Outubro para resolução dos problemas. Fomos invadidos. Rebentaram as portas e «eleu» — o senhorio — aqui de longe, à pedrada, partiu os vidros para entrar. Ele próprio andou a acarretar as coisas cá para fora. Não olhava a nada, partia tudo.

Foi na quinta-feira que fomos desocupados, e apareceu um advogado que anda a tratar disto, com uma comissão. Eu não tinha nada na barraca e, quando vim para cá, tive de comprar tudo e agora partiam sob.

**REV. — Como é que têm sobrevivido?**

**3.º MORADOR —** O governador civil ofeceu o almoço e o jantar para todos.

**REV. — Quando pensam recupear?**

**4.º MORADOR —** Ficaram de nos entregar as chaves hoje de manhã ou de tarde. Nós só saímos daqui da rua para uma casa decente.

Nós temos que nos unir à comissão que nos ajudou. Dormiam aqui ao nosso lado.

## Cerca de 600 operárias contra a entidade patronal na Nacitex

A fábrica de confeccções «Nacitex Lda», situada na Rua D.João I em Matosinhos, retomou após 10 dias de paralisação total, o trabalho normal.

As operárias não recebiam o ordenado desde Maio último, alegando a entidade patronal que não tinha verba, contudo elas sabiam que era uma falsa afirmação, pois tinham conhecimento da situação financeira da fábrica.

Como sem luta não há vitória, a Comissão de Trabalhadores convocou um plenário, com todas as operárias, inclusive as que se encontravam de férias, para resolverem qual a forma de luta a desencadear, com o objectivo de pressionar a entidade patronal ao pagamento dos meses em atraso

e à conquista de elementares regalias sociais, que a grande maioria dos trabalhadores do nosso país já gozam.

Por unanimidade, ficou resolvido que a partir do dia 23 de Julho a fábrica entraria em greve e para impedir qualquer tentativa de a entidade patronal de retirar mercadoria da fábrica, farsse-iam piquetes.

Vendo que as operárias estavam firmes na sua luta, a entidade patronal em reunião com a Comissão de Trabalhadores cedeu, prometendo o pagamento imediato do mês de Maio a todos os operários e que, se retomassem o trabalho normal, brevemente lhes seriam pagos todos os meses em atraso.

Assim, após 10 dias de luta, as operárias regressaram ao trabalho normal.

**Disse-nos uma operária:**  
«Apelo, através do jornal «Revolução» para que todos os trabalhadores do nosso País sigam o exemplo das operárias da Nacitex.

«As reivindicações só foram satisfeitas porque entre nós existiu uma forte coesão, todas nos unimos em torno da C.T. e delegados sindicais.

«Fora com a canalha que explora quem trabalha.

«Contra a recuperação capitalista. «Trabalhadores unidos e organizados vencerão.»

Em frente com a Revolução Socialista.

## A.C. — continua a suspensão

Após a concentração de cerca de 200 trabalhadores junto da sede da empresa exigindo o levantamento da suspensão, esta mantém-se sobre os 10 trabalhadores do Secretariado do Conselho de Trabalhadores, e a Comissão Administrativa decidiu levar para a frente o inquérito para poder instaurar um processo disciplinar.

A luta dos trabalhadores da AC tem recebido a solidariedade de diversas Comissões de Trabalhadores e Sindicatos, nomeadamente da Edifer, António Veiga, A. Silva e Silva, Intento, Sindicatos da Construção Civil de Setúbal e Lisboa, União dos Sindicatos de Sines (Intersindical) e Rodoviários de Setúbal.

Neste momento, nota-se um certo «refreimento» na luta, devido à grande maioria dos operários estarem em férias, mas sabe-se de antemão que a sua posição é de lutar e não de permitir que este estado de coisas se mantenha na empresa, quando retomarem a produção.



# A luta das conserveiras pelo C.C.T.

Em virtude dos patrões das fábricas Je consrva de todo o país faltarem as negociações, para discussão do CTT, as operárias conserveiras iniciaram uma greve de zelo.

Após dois meses e meio de luta, os patrões senta-se à mesa das negociações, mas não prometem as regalias mais importantes do Contrato Colectivo de Trabalho, ou seja:

- Garantia de emprego a 45 horas semanais
- subsídio de férias de 100 por cento
- 13.º mês
- aumento salarial

Com este boicote dos patrões as operárias desencadearam nova luta a nível nacional, o que se verificara também na anterior, mas desta vez retiraram da sua luta o abaixamento de produção, pois consideram que se trata de uma forma de sabotagem da economia nacional, mantendo-se o impedimento de saída de qualquer embarque.

Contactado o Ministério das Pescas, este pronunciou-se dizendo que a luta era justa e, aconselhou o prosseguimento desta até à conquista total das reivindicações.

O patrão da fábrica «Universal» em Matosinhos, sabendo da fácil manobração das operárias, devido a estas na maioria estarem mal esclarecidas, tentou dividir as operárias dizendo que só pagava os 30 por cento que faltam para completar o subsídio de férias de 1975 se deixassem sair um embarque. Com esta falsa promessa o «explorador» conseguiu os seus objectivos, a divisão no seio das ope-

rárias. A minoria «que se pôs ao lado do patrão, deslocou-se até ao Sindicato de Conserva do Norte, onde naquele momento decorria uma conferência de imprensa, insultando todos os presentes com destaque para os delegados sindicais.

O Sindicato das Conservas do Norte contactou a Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Portugueses do Norte, para se solidarizarem com a justa luta das conserveiras, ao que prontamente acederam e afirmaram que a partir do dia 3 de Agosto não seria feito mais nenhum embarque até que as negociações não sejam totalmente satisfeitas. Ao fim da tarde chegou à sede do Sindicato das Conservas do Norte, sito em Matosinhos, um telegrama de solidariedade da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Portugueses de Lisboa.

Um caso bastante triste passou-se na fábrica «Belmar» em Vila do Conde. Ontem, os operários recusaram-se a trabalhar alegando que só o fariam se lhes fosse pago os 30 por cento que faltam para completar o subsídio de férias que deveria ser pago em Abril.

O gerente da fábrica «Sr. Balafafa» telefonou para a PSP da Vila do Conde pedindo a comparência na fábrica. Quando a PSP chegou àquele local de trabalho, o gerente chegou-se até junto dos operários e fazendo-se igno-

rar a presença da PSP disse às operárias: «Se vocês julgam que com a polícia resolvem algo estão enganadas, porque nunca me pressionou durante o fascismo, muito menos o faz agora».

Na próxima quinta-feira, dia 5 às 18 horas, o Sindicato das Conservas do Norte, leva a efeito uma grande manifestação com destino à Câmara de Matosinhos, idêntica à que se realizou em Setúbal na semana passada.

Passamos seguidamente excertos do comunicado dos trabalhadores da Indústria de Conservas:

Após cinco reuniões de negociação entre as Associações patronais e os Sindicatos Conserveiros do País, as conversações foram suspensas pelo patronato.

— Que pretextos para o efeito, utilizaram os capitalistas?

— Declararam que, enquanto os trabalhadores continuarem a IMPEDIR A SAÍDA DE CONSERVAS DAS FÁBRICAS, suspendem as negociações até essas formas de luta serem levantadas.

A isso os Sindicatos informam que a situação a que se chegou foi, exclusivamente, motivada pela conduta patronal (...)

(...) Os trabalhadores, na perspectiva de melhorar o seu nível de vida (o vencimento médio mensal para 87 por cento dos operários é de 2.700\$00), de contribuírem para o aumento da riqueza nacional, de fazerem respeitar os valores constitucionais,

os trabalhadores, repetimos, têm vindo a LUTAR, LUTAM E LUTARÃO, para que de uma situação de sub-emprego, determinada pela DESCAPITALIZAÇÃO CONSCIENTE, BOICOTE ECONÓMICO E NEGLIGÊNCIA por parte do patronato, se passe a uma situação de pleno emprego, viável sob o ponto de vista social, possível sob o ponto de vista económico e garantido sob o ponto de vista constitucional.

Contrariamente a isto o PATRONATO diz NÃO ÀS 45 HORAS SEMANAIS, e alija a responsabilidade da crise do sector para a acção governamental, esquecendo os seus LUCROS ACUMULADOS DURANTE OS 48 ANOS DE FASCISMO. (...)

(...) É evidente que os trabalhadores não se intimidam com tão pouco e, nesse sentido, impedem e impedirão a SAÍDA DE CONSERVAS, desenvolvem e desenvolverão OUTRAS FORMAS DE LUTA, sem contudo, neste momento, diminuírem a produção, até o patronato apresentar, na mesa das negociações, uma contra proposta consignando, em termos justos, A SEMANA DA 45 HORAS.

As organizações sindicais que subscrevem este COMUNICADO alertam as entidades governamentais para a chantagem patronal e apelam à solidariedade activa de todos os trabalhadores na certeza de que, com a sua fraternidade, a luta que neste momento desenvolvem não deixará de engrandecer a experiênci(...) do movimento sindical Português.

## Manifestação das operárias conserveiras convocada pelo sindicato

Como o jornal «Revolução» tem vindo a noticiar, as operárias conserveiras, encontram-se em luta pela conquista do novo CCT. Assim, pelas 18 horas do passado dia 5, operárias da conserva de várias regiões do Norte do País, deslocaram-se a Matosinhos, respondendo ao apelo do seu Sindicato. Cerca de 2000 trabalhadores de Matosinhos, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Afurada, Espinho, etc., estão presentes em mais de uma jornada de luta das muitas desencadeadas nos últimos meses, protestando contra a política do VI Governo e do primeiro definitivo, dando oportunidade à repressão e recuperação capitalista.

O principal objectivo desta manifestação foi o de entregar ao presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Matosinhos, dr. Sampaio e Castro, um ofício, que este posteriormente enviou para o Governo.

O itinerário percorrido pelos trabalhadores foi feito com estes «gritando»: «Queremos trabalho, queremos pão abaixo a exploração»; «Queremos trabalho, queremos pão abaixo a reacção»; «Conserveiras unidas vencerão».

Os trabalhadores eram portadores de tarjactas que passamos a transcrever algumas:

«Contra a ofensiva patronal»; «Contrato sim, recusa não»; «Basta de miséria»; «Queremos o que nos roubam, e civismo no trabalho»; «Não aos despedimentos»; «Abaixo a repressão e a exploração sobre os trabalhadores»; «Viva a unidade de todos os trabalhadores»; «Não voltaremos ao passado»; «Não vivemos de promessas»; «Não pedimos impossíveis, mas sim o valor do nosso trabalho»; «Queremos pão para os nossos filhos»; «Sindicato das conserveiras na defesa dos trabalhadores»; «Eles não querem mas nós venceremos».

Chegados ao destino, onde centenas de pessoas aguardavam para poderem solidarizar-se com esta jornada de luta, os trabalhadores lamuriando em voz alta «pão e água para os nossos filhos», penetraram para o pátio

«Amigos, o ofício seguirá sem burocracias hoje para Lisboa. Não se trata de um agradecimento mas de um dever».

Seguiram-se aplausos da parte dos manifestantes que terminaram a manifestação tal como a tinham começado exigindo «Trabalho e Pão».

No fim da manifestação não quisemos deixar de ouvir algumas operárias:

REV. — Qual o objectivo da manifestação?

1.ª OPER. — Devo dizer em primeiro lugar, que foi convocada pelo sindicato que sempre esteve do nosso lado. O principal objectivo é entregar ao presidente da Câmara um ofício que este depois enviará para o Governo.

REV. — Porque é que aderiram ao apelo do vosso Sindicato?

2.ª OPER. — Creio que era nosso dever. Tal como todos têm oportunidade de ver, os trabalhadores estão a mostrar, ao contrário do que dizem os patrões e seus laçoais, que estamos unidas e que a luta é a mesma.

REV. — Quais os objectivos da vossa luta?

1.ª OPER. — O objectivo da nossa luta é a conquista do CCT, nomeadamente o aumento salarial, garantia de trabalho com 45 horas semanais, o 13.º mês e subsídio de férias. Por isso recomecemos a luta.

REV. — Como se está a processar o trabalho nas fábricas?

3.ª OPER. — As minhas camaradas de outras fábricas trabalham normalmente, impedindo apenas a saída dos embarques. Na Benito Garcia, da Afurada, que é a minha, o patrão não nos dá trabalho. O peixe chega à praia e apodrece porque ele não nos deixa trabalhar. Digam no jornal que os patrões são uns «assassinos», porque não se importam de ver os nossos filhos com fome. A esses fascistas o Governo não faz nada, ao contrário do que acontece aos trabalhadores. Há camaradas minhas que já tiveram filhos há um ano e ainda não receberam o subsídio de parto.

REV. — Neste momento, quantas horas trabalham semanalmente?

2.ª OPER. — Estamos a trabalhar 32 horas semanais, o que equivale ao ordenado misero de 2400\$00.

REV. — O Ministério das Pescas ainda não se pronunciou sobre o assunto?

1.ª OPER. — Apenas disse que tínhamos toda a razão, mas não é com conversas que damos de comer aos nossos filhos e pagamos as despesas. Estamos fartas de paleio. O que queremos é obras. No entanto, parece que eles se interessam mais pelo dinheiro dos patrões do que pelas nossas justas reivindicações.

REV. — Já sentiram repressão por parte das entidades policiais?

3.ª OPER. — Sim, a polícia está sempre a ameaçar-nos que vamos presas e dizem que quando o Spínola vier vamos «calar a boca».



## textos

## Serão os Tribunais Populares possíveis?

Até 25 de Abril de 1974, o poder esteve inteiramente concentrado na burguesia.

Nessa altura iniciou-se um processo — parado e até invertido em 25 de Novembro de 1975 — tendente a transferir o poder para as classes trabalhadoras.

Ora, foi nessa fase que se praticaram actos de justiça popular e se exigiu a criação de tribunais populares.

Assim tinha de ser. Se os tribunais fazem parte do aparelho de Estado e se este está ao serviço das classes dominantes, quando estas perdem posições, necessariamente que o aparelho de Estado sofre alterações qualitativas nas suas estruturas e, portanto, os tribunais são afectados por essas alterações.

No desenvolvimento do processo português e da exigência da criação dos tribunais populares, o documento ligação Povo-M. F. A. aprovado pela Assembleia do M. F. A., em Julho de 1975, consagrou o poder popular e previu a criação de tribunais populares.

É neste contexto que a Constituição da República Portuguesa, promulgada em 2 de Abril do ano corrente, muito depois, portanto, do vitorioso golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro, estabeleceu no seu artigo 217 que «A lei poderá criar juizes populares e estabelecer outras formas de participação popular na administração da justiça».

A letra da lei é bem significativa. Não fala na substituição dos tribunais burgueses por tribunais populares; vai só até ao ponto de admitir uma participação popular, que poderá ser feita pela criação de juizes populares na administração da justiça. O povo poderá participar e nada mais. Não detém. Nem participa necessariamente. Pode participar. Nada mais claro. A burguesia no poder defendeu os seus interesses.

## O QUE SÃO OS TRIBUNAIS POPULARES?

Mas, o que são e como funcionam os tribunais populares? Que tribunais populares são possíveis entre nós.

Tribunal popular e Justiça popular são coisas diferentes. Tribunal popular é aparelho de Estado. Justiça popular é acção de massas. Quando a assembleia da fábrica tem poderes para julgar os camaradas que quebram a disciplina revolucionária do trabalho é tribunal popular. Quando as massas levam a cabo uma acção contra um inimigo da classe, praticam justiça popular.

Feita esta distinção, para responder às perguntas enunciadas necessário se torna avançar ainda mais algumas ideias.

Só há dois poderes: o popular e o burguês. O poder judicial é uma das formas por que o poder popular se manifesta e exerce. Quando a burguesia está sózinha no poder, toda a máquina do estado é burguesa e, portanto, só há tribunais burgueses. Quando os trabalhadores estão sózinhos no poder, toda a máquina do estado é popular e só há tribunais populares. Construído o socialismo, não há jamais tribunais burgueses. Em períodos pré-revolucionários e revolucionários, ao lado do poder burguês surge o poder popular que provoca fracturas naquele, até, finalmente, o substituir e é em tais circunstâncias



«Se, por exemplo, um trabalhador de uma fábrica furtar um objecto a um seu camarada, deve ser punido mais severamente do que se furtar um objecto de insignificante valor ao patrão, e não inversamente, como acontece no actual direito positivo»

que podem surgir e têm surgido ao lado dos tribunais burgueses, tribunais populares, resultantes do movimento espontâneo das massas conscientes e disciplinadas, como forma e organização autónoma e de luta.

Estes são, assim, um aparelho de estado popular, uma forma ou instrumento do poder popular, o poder popular exercido por via judiciária. Os tribunais populares não têm por função dominar a justiça popular, controlando-a, através do aparelho de Estado. Têm por fim por a justiça popular conforme o direito do povo, necessariamente perspectivado na contradição entre os interesses das massas trabalhadoras e os interesses da burguesia e na superação das contradições existentes no seio das próprias massas trabalhadoras, distinguindo dialecticamente o que é digno de castigo ou de reeducação do que o não é.

Os tribunais populares não são a deformação e, portanto, a recuperação da justiça popular, mas a sua própria prática. Por isso e para isso o aparelho de Estado que é o tribunal popular tem de sair das massas e ser constituído e controlado pelas próprias massas, independentemente do eventual recurso a técnicos. Como disse António Viera Gallo, sub-secretário da Justiça do Governo da U. P. do Chile (entrevista transcrita in «Experiências de Justiça Popular no Chile», ed. d. C. E. J., pág. 36), o poder judiciário nunca será assim, em poder burocrático, hierarquizado, nas mãos dos profissionais, dos advogados, mas um poder que esteja nas mãos do próprio povo.

## QUE TRIBUNAIS POPULARES SÃO POSSÍVEIS?

Recuperado que foi pela burguesia, em 25 de Novembro de 1975, o processo revolucionário, que tribunais populares são, agora, possíveis, entre nós?

Dificilmente se pode pensar, a curto prazo atênova e inevitável desestabilização do poder burguês, em tribunais populares resultantes do movimento autónomo das massas, como forma de organização autónoma e de luta. Todavia, isso não é impossível. É tão possível como possível é a organização autónoma dos trabalhadores e um certo avanço do poder popular. Esta organi-

zação e este avanço aliás, hão-de contribuir também para aquela desestabilização do poder.

Por outro lado, nada impede, que, como consequência do avanço da organização autónoma e do poder popular, que se verificou antes do 25 de Novembro, surja a criação por via legislativa, de tribunais populares. Nada impede e tal resultado será mesmo consequência dialéctica do processo histórico a que temos assistido. Aliás, foi isso mesmo que se verificou com a aprovação do Artigo 217 da Constituição.

Ponto é que tal criação de tribunais populares não se traduza numa recuperação pela burguesia da parcela de poder popular que aqueles tribunais representam.

Ora, isso implica, por um lado, que os tribunais populares têm de ser autónomos e constituídos exclusivamente pelos trabalhadores ou pelos moradores para os quais são criados, sendo os seus membros livremente eleitos e destituídos pela assembleia de fábrica ou de circunscrição territorial respectivas. Fazer depender a constituição de tais tribunais de quaisquer condições é abrir o caminho para a sua recuperação pela burguesia. Supunhamos, por exemplo, que não é admissível a eleição de condenados por furto. Logo aqui se estabelece a defesa cega da propriedade privada, ficando desde logo recuperado pela burguesia o seu primeiro valor. Autonomia dos tribunais populares deve ser completa, limitando-se as suas relações com os aparelhos de Estado à colaboração destes na efectivação das suas sanções e outras diligências que lhes sejam pedidas.

Por outro lado, os tribunais populares também só deixarão de ser uma deformação, só deixarão de permanecer recuperados pela burguesia, se as leis que aplicam não forem obrigatoriamente as da burguesia. Se, por exemplo, um trabalhador de uma fábrica furtar um objecto de um seu camarada, deve ser punido mais severamente do que se furtar um objecto de insignificante valor de dentro do automóvel do patrão, e não inversamente, como acontece com o actual direito positivo. Inicialmente, os tribunais populares, sempre que a isso sejam obrigados aplicarão as leis burguesas, numa perspectiva diversa dos tribunais

burgueses, mas gradualmente irão substituindo aquelas por leis criadas pelos trabalhadores, de harmonia com os seus interesses. Nunca se deve perder de vista que não existe um critério absoluto de justiça e que o direito é a expressão histórica e, portanto, o instrumento das classes dominantes, não sendo a justiça abstractamente considerada mais do que uma arma destinada a reforçar, idealizando-o, este instrumento.

Finalmente, os tribunais populares devem partir de um conceito de delito como consequência da inadequação do agente ao sistema social burguês e devem visar fundamentalmente um fim de educação. Assim, as audiências devem ser públicas e permitir um amplo debate sobre as causas do facto e a forma correcta de evitar a sua repetição, bastando muitas vezes o simples julgamento como medida punitiva. Aliás, tal sanção não deixará de ter também carácter de castigo e de etar, por essa via, acentuada eficácia preventiva, dado o carácter infamante da pena, mesmo quando reduzida ao simples facto do julgamento (v. Prof. Eduardo Correia, Direito Criminal pág. 392 e Gyorgy Gellert, Os Tribunais de Camaradas na Hungria, ed. C. E. J. pág. 23).

Mesmo dentro destes parâmetros, não parece impossível exigir a criação de tribunais populares, tribunais de fábrica e tribunais de moradores, que tenham por objecto por exemplo, a violação da disciplina no trabalho e danos causados na propriedade social e pessoal cometidos na empresa, como acontece com os tribunais de camaradas na Hungria (Gyorgy Gellert, ob. cit.), falta de solidariedade para com os camaradas quebra da regulamentação sobre limpeza e sanidade públicas, etc., etc.

Isto tudo, no entanto, pressupõe um amplo debate nas bases e a sua participação activa, sendo indispensável o recurso às comissões de trabalhadores e às comissões de moradores já constituídas.

Po outro lado, convém ter sempre presente que a queda definitiva do poder burguês e a sua substituição pelo poder popular só são possíveis com a revolução socialista e é nessa perspectiva que tem de ser enquadrada a problemática dos tribunais populares.





«Dar corpo às Unões de Cooperativas locais, criar e desenvolver Secretariados conselhos e distritais

## Não às áreas de reserva Não ao subsídio para os agrários

De um camarada trabalhador ligado à Reforma Agrária recebemos a seguinte colaboração:

Todos os trabalhadores sabem que o VI Governo, sobretudo já no fim do seu mandato, aprovou vários decretos com vista a roubar aos trabalhadores algumas das conquistas mais importantes por eles alcançadas. Com essa política caiu a fachada «pluralista e democrática, porque interessava ao P. S. que fosse o VI Governo Provisório a tomar medidas antipopulares, poupando o seu governo actual a assumir essa responsabilidade.

Os trabalhadores agrícolas, por exemplo, viram o Decreto-Lei 406-A, aprovado pelo V Governo, segundo o qual os grandes agrários só tinham direito à área de reserva caso trabalhassem directamente a terra, ser emendado pelo VI Governo. Ora essa emenda diz que todos os agrários têm direito à área de reserva. Quer dizer — um senhor latifundiário que seja médico, advogado, engenheiro, etc.) (e são a maior parte) que trabalhe numa cidade e «ganhe» rios de dinheiro fica com a sua «coutada» no Alentejo, onde, mais uma vez vai ter hipóteses de explorar os trabalhadores agrícolas. Os camaradas das cooperativas sabem bem o que significam as «áreas de reserva». Significa por exemplo, que uma cooperativa composta de 6 herdades de 6 proprietários diferentes vai ficar 50.000 pontos (área para os agrários) x 6 300.000 pontos. Esses 300.000 pontos que são calculados conforme a qualidade da terra — vão significar uma média de 1.500 hectares a menos na cooperativa. O que se pretende com as áreas de reserva é infiltrar os latifundiários nas cooperativas e acabar com elas, tirando-lhes a terra que lhes pertence porque foram sempre os trabalhadores agora organizados nas cooperativas, que nela trabalharam gastando o seu sangue, o seu suor a sua saúde para que a terra produzisse, enquanto os agrários se passeavam pelas praias e pelos casinos gastando o dinheiro que roubavam aos assalariados rurais.

Na herdade da Lobeira de Baixo, Montemor-o-Novo, foi marcada legalmente uma área de reserva para o agrário Vacas de Carvalho na Cooperativa do Caborro. Uma noite antes de ser entregue a terra, a família Vacas de Carvalho e seus amigos reacçãoários ocuparam violentamente um

monte da sua ex-propriedade e barricaram-se lá dentro com armas. Vieram os GNR's para defenderem os agrários (claro). Entretanto, de manhã os trabalhadores rurais mobilizaram-se para pôr fim a tal situação. Reuniram-se na herdade 20 cooperativas do concelho de Montemor e 3 do concelho de Évora para além de outras. Por cada rolote que chegava com trabalhadores rurais, vinha logo atrás um geep da G. N. R. No entanto, os trabalhadores mantiveram-se firmes dizendo que preferiam morrer a defender as suas conquistas do que perdê-las sem luta. Assim, todos unidos, conseguiram que as forças militarizadas se fossem embora e expulsaram os Vacas de Carvalho. Entretanto o Ministério da Agricultura, ao saber da situação e da resistência dos trabalhadores, suspendeu apressadamente o direito de reserva para o agrário.

A resistência oferecida pelos trabalhadores nestes casos constitui uma experiência cuja importância nunca é demais realçar e a partir da qual os trabalhadores se devem organizar. Agora é urgente dizer NÃO às áreas de reserva, é urgente que nos organizemos para resistir não deixando que nenhum agrário ponha de novo a pata na terra a que temos direito. Para tal é necessário que os trabalhadores se organizem para resistir e vencer. Entretanto, dentro dos problemas concretos falemos de outro decreto.

### 8.500\$00 PARA OS AGRÁRIOS

Para despedida, o VI Governo não se quis ir embora sem a última «prenda» para os trabalhadores rurais e deitou cá para fora o Decreto-Lei n.º 489 de 22/6/76. Nesse decreto o sr. ministro Lopes Cardoso, o tal do P. S. começa por pedir muitas desculpas

aos senhores agrários por ainda não terem recebido as indemnizações; depois continua dizendo que «por razões de natureza humanitária» (coitadinhos dos agrários!), o Governo vai dar um ordenado mensal aos latifundiários que pode ir até 8.500\$00.

Quer dizer:

— Enquanto os trabalhadores rurais trabalham duramente, muitas vezes mais do que as 8 horas para defenderem as cooperativas que construíram os grandes agrários «em dificuldades» que nunca fizeram nada, continuam a não dar ao coiro e a descansar as suas carnes balofas e inúteis nas cadeiras dos cafés.

— Enquanto os filhos dos trabalhadores continuam a não ter assistência médica, a não poder estudar e a terem que trabalhar desde a mais tenra idade, os filhos dos agrários, essa corja de reacçãoários, sobra-lhes tempo para andarem a conspirar e a organizar grupinhos para porem bombas, passeando-se em bons carros e gastando o dinheiro dos trabalhadores para arranjar diplomas e ficarem na mó de cima.

— Enquanto os operários rurais ganham cinco contos e trabalham sem as condições sociais a que têm direito, aos agrários parasitas dá-se-lhes 8.500\$00 como «prémio» por sempre terem explorado os trabalhadores, dando-lhes fôlego para continuarem sem fazer nada.

### QUE FAZER?

Os trabalhadores rurais, quanto às áreas de reserva, têm de tomar uma posição firme;

— Devem exigir ao Governo que a área abrangida pela lei de expropriações e que não está ocupada — cerca de 109.484 ha, só no distrito de Évora — seja imediatamente expropriada.

— Que nessa área sejam dadas as áreas de reserva aos agrários, mas só àqueles que realmente trabalhem a terra recusando que eles se instalem dentro das cooperativas.

— Ter em conta que há uma lei segundo a qual a área de reserva só

poderá ser marcada se não prejudicar a área da cooperativa, e nós sabemos que da maneira como o Governo quer marcar essas áreas de reserva, vai não só prejudicá-las como acabar com elas.

Os trabalhadores devem lutar, fazer frente ao Governo, e com estes dados concretos exigir a solução que mais lhes interesse. Porém, nós sabemos que a luta vai ser muito dura porque o Governo está mais interessado em travar as lutas das classes trabalhadoras do que em apoiá-las. Mesmo que hajam ainda leis que nos defendam, o Governo vai tentar acabar com elas, até porque a burguesia controla actualmente as forças militares e militarizadas, se bem que a luta dos trabalhadores fardados — os soldados — também continue nos sítios em que eles estão organizados.

Não tenhamos dúvida de que o Governo «democrático e pluralista» do senhor Mário Soares não hesitará em agudizar a violência reacçãoária contra os trabalhadores. Perante isto, e para não permitirmos que o Governo leve por diante a sua política de direita, para lutarmos contra a exploração capitalista até acabarmos com ela, é necesssária a unidade de todos os trabalhadores explorados contra o capitalismo, é necessária a sua organização. É imperioso que os trabalhadores rurais se organizem por aldeia, por freguesia, por concelho, por distrito. É necessário que o mesmo suceda à luz de algumas experiências em Setúbal e Lisboa, nos centros industriais e urbanos. É necessário que os trabalhadores do campo e da cidade se organizem entre si, debatendo e atacando os seus problemas comuns no que respeita à produção, gestão, controlo, comercialização, direitos sociais, etc., etc.

Entendemos que os trabalhadores não podem ficar de braços cruzados perante a ameaça da direita, nem podem continuar a depositar a sua sorte neste ou naquele partido, que, na sua maior parte, mais se preocupam em servir-se dos trabalhadores do que servir os trabalhadores.

Dar corpo às UNIÕES DE COOPERATIVAS locais, criar e desenvolver SECRETARIADOS concelho e distritais, por derá ser a melhor forma de se construir uma barreira intransponível ao avanço da direita, bem como uma forma de mobilizar e unir as mais amplas camadas de trabalhadores apontando perspectivas de luta e de revolução dalguns dos principais problemas que afectam os trabalhadores do campo.

Questões como auxílio às cooperativas mais pobres, a utilização planificada das máquinas e da mão-de-obra, as diferenças salariais a fixação de preços únicos, a comercialização dos produtos (ligação campo cidade) e a própria defesa das cooperativas, eis alguns dos problemas concretos que só é possível encarar de frente de forma organizada e que são susceptíveis de unir para a sua resolução muitos e muitos milhares de trabalhadores.

Unir os trabalhadores da cidade e do campo, unir os trabalhadores do Norte e do Sul, é uma tarefa tanto mais importante quanto é certo que o Governo do P. S. e os fascistas irão empenhar-se em cavar a divisão no seio das classes trabalhadoras, certos de que só dividindo conseguirão reinar. Unir e organizar os trabalhadores com vistas à tomada do poder e ao exercício da ditadura do proletariado sobre a burguesia exploradora é o objectivo central a atingir, mas a que só se poderá chegar atacando os problemas concretos que dia-a-dia afectam os trabalhadores.



## internacional

# LÍBANO

## Guerra civil

### Guerra de libertação

#### — Os palestinianos no fulcro da questão

O Líbano é um conglomerado de 17 comunidades religiosas das quais 7 são mais importantes — 4 cristãs e 3 muçulmanas. Fez parte do Império Otomano e foi conquistado em 1918 pela Grã-Bretanha com a ajuda da França. Os dois países desenvolveram uma certa cooperação na exploração do outro e outros metais preciosos passando por sucessivos conflitos até à derrota da França pelas tropas britânicas dando assim a independência a este Estado.

O Estado do Líbano está situado entre a Síria a Norte e a Oriente, Israel a Sul e o Mediterrâneo a Ocidente. A única fronteira entre a Síria e Israel é a cadeia montanhosa do Golã. Fronteira artificial, pois o Golã está ocupado pelos «capacetes azuis» forças das Nações Unidas. Na situação geográfica que ocupa o Líbano é uma importante saída para o mar do petróleo árabe, sobretudo do Iraque e Arábia Saudita. Passam pelo Líbano alguns oleodutos importantes que vão em direcção do Mediterrâneo, daí também a sua importância estratégica para as pontências imperialistas.

#### A INDEPENDÊNCIA

Em 1943 com a independência do país se institui o Pacto Nacional, regulamento não escrito que previa o funcionamento das instituições do Estado. Nesta altura 51 por cento da população era constituída pelos cristãos e 49 por cento de muçulmanos. Esta maioria numérica da população cristã permitiu algumas vantagens políticas importantes que vão acarretar uma situação político-social permanentemente em estado de ebulição, sobretudo quando os muçulmanos sempre foram solidários com a luta do povo palestiniano contra o sionismo.

Entre as vantagens políticas dos cristãos conta-se a designação do presidente da República e uma participação no parlamento desvantajosa para os muçulmanos, pois por cada 5 muçulmanos no Parlamento correspondiam 6 cristãos.

No decorrer de um processo de convulsões sociais a situação se viu alterada. A Comunidade muçulmana passou a representar a maioria da população, porém continuou a ser privada das regalias que eram concedidas aos cristãos. Em 1975 os muçulmanos somavam 57 por cento da população enquanto os cristãos 43 por cento. As Comunidades religiosas em número de 17 distribuíam-se da seguinte forma:

— Os chiitas: 20 por cento (hoje 26 por cento) — sendo hoje a principal comunidade muçulmana, mas possui apenas 19 lugares no Parlamento;

— Os sunitas: 22 por cento (hoje 24 por cento) era a principal comunidade muçulmana. O presidente do Conselho de Ministros tem sido sempre um sunita. Vinte lugares no Parlamento.

— Os druzos: 7 por cento (estável) — os guerrilheiros druzos, combatendo com as forças do Partido Socialista Progressista, têm tido um papel activo na luta contra a direita libanesa. Seis lugares no Parlamento.

— Os ortodoxos gregos: 10 por cento (diminuiu para 7 por cento), com 11 lugares no Parlamento;

— Os católicos gregos: 6 por cento (hoje com 4 por cento) e com 6 lugares no Parlamento.

— Os arménios e outras minorias: 7 por cento (diminuindo para 5 por cento) — aliados potenciais dos maronitas. Cinco lugares no Parlamento.

— Os maronitas com 29 por cento (hoje 25 por cento) tem sido a principal comunidade dominante. O presidente da República tem sido sempre um maronita cristão, bem como o comandante das Forças Armadas e o director-geral da Segurança. Ocupam 30 lugares no Parlamento.

#### DOMINADO POR UM PUNHADO DE FAMÍLIAS

A instabilidade social no Líbano foi uma das características peculiares desde o seu nascimento como nação em 1941. Esta instabilidade foi acentuada mesmo com a promulgação do chamado Pacto Nacional de 1943 que previa um equilíbrio entre as 17 crenças religiosas. Mesmo quando os comentadores ocidentais afirmavam muitas vezes que o Líbano era a «Suíça árabe», não só pelo grande número de instituições bancárias que possui, como também pela aparente calma e ordem que reinava, os conflitos sociais estravazaram como é costume suceder em todo o processo de luta de classes. A burguesia e o imperialismo já propalaram por todo o mundo a imagem da «Suíça da América», da África, do Oriente, do Ocidente» e as Suíças» sempre mostraram-nos as profundas contradições sociais, os interesses antagonísticos entre as classes, entre os interesses da maioria do povo e de uma minoria exploradora.

O Líbano com uma superfície de 10 400 km<sup>2</sup> e com apenas 26 por cento de terras cultivadas — considerado país rico — não passava de um país instável, com forte contradições no seio de sua população. As grandes famílias libanesas detêm posições importantes na vida económica do país, seja na indústria como na agricultura. Grande parte das receitas do Estado



A minha pátria não é uma lenda. Ela começa lá, no meu corpo, vejo-a aberta nas cadeias por isso prossigo o meu caminho combato combato

(de um poema de MAHMOUD DARWISH, poeta da resistência palestiniana)

provêm das taxas cobradas às companhias petrolíferas, cujos oleodutos são obrigados a passar, como já dissemos, através do país para atingir o Mediterrâneo. Duas companhias petrolíferas estão nestas condições: a Iraqui Petroleum Company (2 milhões de libras anuais pagas em taxas) e a Trans-Arabian Pipeline Company que transporta o petróleo da Arábia Saudita para o importante porto libanês de Sidon e está associada à Arabia American Oil Company dos (EUA).

Por sua importância geográfica e por suas características socioeconómicas o líbano constitui uma condição de vir a desempenhar no futuro um papel importante contra a reacção no Médio Oriente. Desde que os palestinianos buscaram refúgio no Líbano e constituíram-se em forças organizadas, as forças políticas libanesas dividiram-se identificando claramente os seus interesses históricos e de classe. Os muçulmanos solidários com a justa luta do povo palestiniano passam a tomar consciência e atacar os cristãos tentando reivindicar aquilo a que tem direito. Para os palestinianos e libaneses progressistas não havia outra saída, senão o combate contra as forças reacçãoárias, e o colúio do imperialismo, contra o Estado sionista, visto que se sofressem uma derrota no Líbano significaria a derrota da causa palestiniana, um duro revés nas forças de esquerda. O Governo reacçãoário de Tel-Aviv buscou por todos os meios esmagar a resistência palestiniana, bombardeando aldeias inteiras de refugiados palestinianos em território libanês, cometendo genocídios, assassinações contra o povo e os revolucionários por isso a guerra civil não era de ser estranha, pelo menos aos companheiros revolucionários que combatiam pela sua sobrevivência, seu fortalecimento e o triunfo da Revolução Palestiniana.

A guerra civil é o ataque das forças mais reacçãoárias passando obviamente pelo colúio sionista e dos USA não era estranha e este povo que se encontra oprimido, explorado pelos interesses capitalistas. Outro factor de importância foi a «guerra do petróleo», pois os recursos naturais passaram a ser as armas dos países pobres contra os interesses espoliadores das potências imperialistas, porém na maioria dos casos o povo continuou sendo explorado por uma classe dominante que detém es-

tes recursos e arranca mais valia do proletariado. Outros exemplos como é o caso do Irão (do conhecido Xá do Irão) um país que enriqueceu na «corrida do petróleo» submetendo o seu povo às condições mais duras de existência.

Do Líbano, das condições de exploração que se encontravam, partiram mais de 500 mil libaneses, emigrando para os EUA 250 mil para o Brasil e 150 mil para Argentina. E a emigração na história da humanidade sempre significou uma tentativa de escapar às duas condições de exploração em busca de melhores condições de vida.

#### O GOVERNO

O Governo formado por uma coligação dos principais partidos, entre eles os mais destacados o Socialista Progressista e o Falangista passou por sucessivas crises desde Maio de 1975. No dia 8 de Maio de 1975, Rashid Solh, que se encontrava na cabeça do Governo anuncia uma crise para breve e as demissões de 2 ministros falangistas, 2 nacionais liberais e 2 independentes. Duas semanas depois o presidente Frangie forma um novo Governo nomeado como primeiro-ministro, o oficial-general reformado, Al Rifai. O objectivo do Governo era acabar com o ambiente de guerra civil que reinava no país. O ministério foi formado, sobretudo, por militares que ocuparam 7 postos sobre 8, havendo uma acumulação de pastas por parte dos novos ministros. A formação deste Governo significou a intervenção directa das forças armadas, porém três dias após a tomada de posse confessa incapacidade de dirigir o país. Novo primeiro-ministro, Rashid Karami, tido como elemento mais aberto para a resolução dos problemas nacionais, o Governo é chamado para executar a tarefa de «Salvação Nacional». Uma de suas primeiras medidas foi a tentativa de exterminar com os franco-atiradores em Beirute, fazendo com que as FA patrulhassem a cidade. Recentemente, foi eleito o novo presidente libanês baixou intenso fogo de morteiros, marcando um dos períodos mais violentos do início da guerra civil. O presidente eleito, Elias Sarkis, deverá assumir o poder no dia 23 de Setembro e segundo círculos directistas locais é ainda necessária uma «acção militar da Síria para resolver



pela força a situação libanesa». Os direitistas parecem estar preocupados com a futura Presidência e a formação do novo Governo buscando através da intervenção e o massacre sírio contra as forças progressistas, garantir a formação deste novo Governo para breve.

## A INTERVENÇÃO SÍRIA

A intervenção de tropas sírias no Líbano foi minuciosamente preparada. A ofensiva foi desencadeada em três eixos importantes do país, do Norte em direcção a Trípoli, pelas montanhas para Beirute e pelo Sul em direcção à saída. Esta ofensiva que contou com 3 divisões blindadas, seja 30 a 40 000 homens desde o primeiro momento visou a destruição dos adversários palestinos e progressistas libaneses. Porém foi logo recebida com emboscadas em Saída e nas montanhas, e teve que parar a sua progressão.

As forças pró-sírias da Saika e do ELP que se encontravam, ainda, no sector progressista da resistência se ligaram imediatamente com as tropas sírias e sofreram reveses importantes das forças progressistas.

A rapidez da intervenção e ocupação teve de ser reorganizada pelos agressores que sofreram sucessivas derrotas. Os sírios, enquanto desenvolviam-se as conversações diplomáticas, buscaram se consolidar no território já ocupado e cercar as cidades costeiras, procurando a ocupação completa do vale do Bekaa até Arkoub, principal zona guerrilheira para a Palestina e situada no Sul do Líbano.

Esta intervenção feita pelo regime de Damasco, foi minuciosamente calculada, merecendo os aplausos dos regimes mais reacçãoários, do imperialismo e de Israel. Neste contexto o sionismo e o imperialismo foram os mais favorecidos pela Síria que na sua ocupação fraticida arrasou o Líbano com suas tropas, enfraquecendo a resistência palestina. Israel já não precisou de seus bombardeamentos habituais pois pôs a seu serviço um «cão de fila» do imperialismo: o regime de Hafez el Assad de Damasco.

Os objectivos que a Síria procura lograr são:

O controlo da resistência palestina-progressista, no sentido de uma abertura para os americanos e negociações com os israelitas em relação ao Golá, seja directamente, seja através da conferência de Genebra. É pois jogar com a independência da Revolução Palestiniana, fazer desta independência uma moeda de troca com o imperialismo americano.

— Privar o movimento nacional libanês de uma vitória militar que começa a proliferar nas montanhas; o de perpétuar o sistema confessional libanês reformando-o; o de bloqueio da evolução democrática revolucionária no Líbano, que é muito perigosa e significa uma ameaça à própria existência do regime sírio;

— reforçar o regime regionalmente criando uma potência local no mundo árabe contra o Iraque seu rival tradicional e o Egipto rival circunstancial;

— abrir a economia do país para os petrodólares da Arábia e para os países ocidentais, isto é, seguir a via traçada por Sadat procurando guardar o «fomalismo» baasista...

— A mais longo prazo, o objectivo de Hafez Al Assad parece ser o de criar as bases para a criação de uma federação sírio-jordano-libanesa

integrando o que seira cedido por Israel da Palestina. A questão palestina receberia uma espécie de resposta e num eventual conflito com Israel, a presença da Síria em certas posições estratégicas no Líbano seria um poder militar não negligenciável. Isto requereria em parte uma passividade da parte dos dirigentes israelitas, dependendo da diplomacia imperialista.

## O REGIME SÍRIO

Após Outubro de 1973, o regime sírio escorrega para a direita, tomando uma posição política de «pequenos passos» de Kissinger, criticando o acordo do Sinai concluído por Sadate em Agosto de 1975, não significou, porém que era contra a «solução negociada» com os americanos e pouco que rejeitava a via americana.

A «liberalização» da economia depois da guerra de Outubro favoreceu o investimento massivo de capitais petrolíferos, os interesses duma nova burguesia de negócios, poderosa que controla o aparelho do partido Baas. Uma corrupção generalizada estendeu-se sobre todo o aparelho de Estado. Esta nova burguesia se lança na especulação imobiliária, na importação-exportação, causando uma inflação galopante que as classes trabalhadoras iriam pagar com seu sangue.

A esta crise económica seguem-se as crises dentro do Partido e nas forças armadas agitadas pela crise libanesa. O tradicional equilíbrio entre clãs e forças no seio das FA e do Partido que prevalecia em Damasco é alterado pela concentração do poder entre as mãos de uma equipa essencialmente de origem alaouite (minoría heterodoxa muçulmana à qual pertence Assad).

Esta «confessionalização» do poder que se quer muito laico, não podia deixar de provocar uma oposição da direita muçulmana sunita, fortemente ajudada pela Arábia e não podia deixar de cristalizar a intervenção no Líbano.

A oposição política de «esquerda» que agrupa os nasserianos, os comunistas e os progressistas recusa a abertura com os EUA, a privatização parcial e progressiva da economia e evidentemente a intervenção militar no Líbano, numa posição nitidamente revisionista.

Esta oposição colocou-se contra a tentativa de liquidação da resistência palestina, apesar da potência que significa o aparelho policial e umas forças armadas, que mesmo sofrendo problemas internos, como a deserção e desobediência, interviu abertamente no Líbano.

## O IMPERIALISMO

Os objectivos do imperialismo depois de Outubro de 1973 passaram a ser o reforço da reacção árabe em torno das monarquias produtoras de petróleo; assegurar a sobrevivência de Israel pela estabilização da situação na região; integrar economicamente as economias dos diversos países no sistema económico capitalista dirigido pelos USA.

Tendo fracassado a tentativa falangista no Líbano, graças a resistência popular armada constituída em torno da resistência, a nova forma para chegar a esses objectivos articulou-se da seguinte forma:

— salvar as forças de extrema-



Fugir com os seus dois filhos para não morrer. Nem as mulheres, nem as crianças escapam aos sanguinários falangistas

direita do Líbano da derrota e tentar salvaguardar a mentalidade e natureza do regime libanês;

— golpear a resistência palestina e tentar reduzi-la a um apêndice dos regimes árabes;

— massacrar de um só golpe as forças nacionais libanesas e bloquear o desenvolvimento da esquerda.

O regime sírio não foi mais do que o agente do imperialismo neste sangrento «complot». Com a benção de Kissinger, os aplausos de Rabin e o silêncio cúmplice de Kossyguine, as tropas do regime de Damasco tentaram levar a cabo neste Verão de 1976 a obra começada por Hussein da Jordânia em 1970: destruir o embrião revolucionário árabe. Uma santa aliança reacçãoária constituiu-se no mundo árabe.

## «A DIPLOMACIA E O ACORDO»

Na passada semana, enquanto os combates se intensificavam nas montanhas a leste de Beirute, na localidade de Jizzin, no Sul, e os contingentes da Cruz Vermelha Internacional buscavam evacuar os primeiros feridos do campo de Tal Al Zaatar os altos dirigentes palestinos voltaram a Damasco para reanudar as conversações com os dirigentes sírios.

Até esta data os acordos de cessar-fogo haviam sido violados pelas forças falangistas que declaravam quererem «eliminar a resistência palestina».

O mediador da Liga Árabe Hassan Sabri Kholi prosseguia os seus es-

forços para obter o cessar-fogo completo no país.

A viagem da delegação palestina a Damasco resultou, então, ser uma surpresa, causando algumas divergências e o reacender dos debates no seio das organizações palestinas e libanesas. Viajaram para Damasco, somente o chefe do departamento político da OLP e o chefe do departamento de informações da mesma organização, Faruk Qadumi e Yasser Abo Rabbo, respectivamente, ambos haviam tomado parte da delegação mais numerosa que negociou o acordo na passada quinta-feira, dia 30.

Se por um lado tentava-se «implementar» um acordo de cessar-fogo no Líbano, entendia-se que os principais pontos eram no sentido da repercussão são que teve o comunicado conjunto anunciando o acordo no mundo árabe e particularmente a agressiva referência ao Egipto e a composição concreta da comissão quadripartida que deveria supervisionar o cessar-fogo, por outro lado a luta continuava no campo de batalha e a resistência palestina e os progressistas libaneses continuavam a ser seriamente ameaçados pelas forças direitistas.

Posições a respeito da resistência palestina frente a um possível acordo eram manifestadas pelos dirigentes da OLP e por dirigentes da Frente de Rejeição. Um porta-voz desta Frente que se negou a participar no comité conjunto de segurança, criado pelo acordo entre o regime sírio e uma parte da resistência palestina, em declaração dada em Beirute acentua-



internacional

ESPAÑA

# O Governo pretende ignorar a luta de classes

As condições existentes no interior da Coordenação Democrática intensificam-se, e em qualquer momento podem explodir. O Governo abriu duas frentes, perfeitamente definidas: a dos privilegiados com quem negocia e troca impressões, na qual se incluem partidos de esquerda — fala-se inclusivamente que o PCE esteja dentro destes privilegiados — e a dos marginalizados, que seriam os extremistas: PTE, MC, ORT e os independentes de Trevijano dentro da Coordenação Democrática, além dos que se encontram à esquerda da própria Coordenação.

O Governo tenta como manobra suplementar polarizar a Democracia Cristã e os Socialistas em todas as suas vertentes — quantas mais melhor porque esta unidade necessária, que têm de fazer, será mais forçada e mais manipulável — e debilitar o PCE para que uma vez legalizado seja, eleitoralmente, inofensivo.

Um dos objectivos do governo é manter-se neste «Outono quente» que se aproxima e continuar com o seu plano de reformas para a transição pacífica até à democracia.

**PACTO SOCIAL E PACTO POLÍTICO**

Poderá o Governo, através de um pacto político com os partidos da oposição que o aceitam, comprar este pacto social tão necessário ao desenvolvimento económico espanhol e ao estabelecimento da democracia burguesa em Espanha?

Numa mesa-redonda feita pela revista «Contrapunto» (Junho de 76), diversos partidos, representantes de diferentes tendências, expressaram relativamente a esta questão as seguintes opiniões:

— Esquerda Democrática (ID) — «O pacto social é válido como consenso político e não como eliminação da luta de classes, greves ou qualquer outro tipo de pressão popular. O pacto político pelo qual lutamos consiste em criar novos caminhos para que esta luta de todos os cidadãos de uma sociedade nova se realize por meios democráticos».

— Partido Comunista (PCE) — «Sem pacto político não se pode falar de pacto social, mas não se pode pôr em dúvida que uma vez realizado o compromisso político por todas as forças políticas do país, o clima de responsabilidade social que se pode criar, e no qual nós estamos dispostos a contribuir e a criar, pode ser enormemente positivo para sair da crise».

— Partido Socialista Popular (PSP) — «Pode falar-se de pacto político mas de social pensamos que não. Aos empresários interessa-lhes lidar com as organizações representativas dos trabalhadores, mas o pacto social, tal como está pensado, não me parece que se possa efectivizar. Só deve haver pacto político para a conquista das liberdades democráticas».

— Partido dos Trabalhadores de Espanha (PTE) — «Propôr por parte das forças do capital, das forças políticas sociais burguesas, um pacto sócio-social burguesas, um pacto sócio-social burguesas, um pacto sócio-social burguesas, seria o mesmo que se as organizações operárias para conseguirem a democracia política acordassem com as forças burguesas exigindo-lhes que renunciem à extracção da mais-valia dos trabalhadores».

Destas respostas podemos concluir que não existe predisposição para fazer um pacto social — entre outras coisas talvez porque nenhum dos partidos tenha capacidade para cumprir-lo — e até é muito provável que os que tentam pôr obstáculos na luta de classes para conseguir a conciliação nacional se vejam distanciados dos trabalhadores que dizem representar.

**DIVISÃO NA COORDENAÇÃO DEMOCRÁTICA?**

Começam a desenhar-se dois blocos dentro da Coordenação Democrática

ca: por um lado a Democracia Cristã, os Socialistas e o PCE dispostos a participar de algum modo no período constituinte servindo de intermediário entre o Governo dos patrões e os trabalhadores e, por outro o PTE, MC, ORT e os independentes de Trevijano que tem sempre presente que os interesses dos trabalhadores não podem ser prejudicados na luta pelas liberdades políticas.

José Luis Mendizabal do MC (em «Servir al Pueblo» de 1 de Julho) dá-nos um pouco a ideia do espírito que anima estes ditos extremistas da Coordenação Democrática: «Um partido revolucionário deve ter uma política que abarque todos os terrenos e todos os planos em que cabe materializar pactos com outras forças políticas. Através destes pactos procura melhorar as suas posições, reunir forças para

em luta em todas as zonas do Estado Espanhol. Um dos problemas mais graves que está equacionado é a criação de um grande sindicato único ou unitário que discipline os trabalhadores e contribua para o progresso económico, mantendo a ordem laboral. Relativamente a isto podemos recolher algumas opiniões como a expressa por José Torres de «Comisiones Obreras» na Revista «Cambio 16» de 26 de Julho:

— «A realização do Congresso das CCOO no próximo Outono não exclui de modo algum a realização do Congresso Sindical Constituinte em liberdade no qual participariam todos os trabalhadores. Este Congresso Constituinte em liberdade é o mecanismo que as CCOO propõem a todas as organizações e a todos os trabalhadores para que juntos planeemos a Unidade Sindical livremente organizada num sindicato de tipo novo onde a) todas as opções e tendências sindicais estejam presentes sem renunciar às suas ideias, b) onde cada opção se possa desenvolver livremente na causa da luta contra a exploração com vista ao socialismo, e c) onde os trabalhadores sejam os verdadeiros protagonistas da sua construção e decidam dentro do centro de trabalho como há-de ser o futuro sindical como funcionará e quem serão os seus repre-



As grandes e sucessivas manifestações das massas trabalhadoras espanholas...

cobrir os seus objectivos políticos e em definitivo facilitar o caminho até à revolução.

As alianças estabelecem-se em função dos diversos objectivos políticos que se pretende alcançar. Para nós existem hoje dois planos básicos de alianças: por um lado a dos acordos com todas aquelas forças dispostas a trabalhar pela ruptura democrática com o regime actual, favorável à instauração plena das liberdades democráticas; por outro lado o das alianças com as forças de esquerda cujo objectivo é uma concretização das liberdades ou uma melhoria das condições políticas do povo abertas a luta pelo socialismo».

Esta linguagem terá, minimamente, de arranhar os ouvidos dos partidos burgueses, sociais democratas e reformistas da Coordenação.

**«COMISIONES OBRERAS» CCOO E SINDICALISMO**

Todos duvidam da possibilidade de poder controlar os trabalhadores

sentantes. Ninguém do Governo nem de cúpulas partidárias, nem qualquer cabeça privilegiada pode decidir o que é obra exclusiva dos trabalhadores.

Também António Marzal em «Guadiana» de 6/12 de Julho nos fala sobre «Sindicatos mais representativos».

— «Que as CCOO tenham real implantação operária é algo que me parece evidente e, além disto positivo para o movimento operário espanhol. Claro que disto a pretender o seu monopólio vai um abismo perigoso pelas suas consequências».

Porém por perigoso que seja esta parece-me ser a realidade. Primeiro a concepção político-sindical das CCOO é a que mais se aproxima do sindicalismo oficial espanhol dos últimos quarenta anos, se não tivermos em conta a cor azul ou vermelho com que cada um colora a estrutura. Estruturalmente ambas coincidem — CCOO por um lado, e o reformismo sindical pós-franquista por outro — em explicar passivamente às bases, a todos os afectados pela produção





Barcelona: intentos no autorizados

...têm posto em causa a política de reformas para a transição pacífica até à democracia

(Força de Produção) ou aos «classificados» pelo processo de produção (CCOO) a fazer do poder sindical apenas uma discussão entre esclarecidos. As CCOO com as suas técnicas, bem concebidas, de infiltração que a luta clandestina justificava é-lhe muito familiar a discussão de poder a poder. O que lhe custa, por falta de tradição, é a discussão de poder a liberdade. Uma liberdade, um espaço de liberdade sindical, que é onde se movem e querem mover-se as outras centrais sindicais ilegais (UGT, CNT, USO, SOC...) as CCOO parece que querem orientar-se noutra direcção, mas não conseguiu encontrar com clareza o contorno definitivo, em liberdade, que configura este espaço. Vê-se impedida provavelmente pela sua velha tradição teórica, se bem que claramente rejeitada, de «representantes naturais» do movimento operário. Vê-se também impedida pela sua tradição prática, nos anos de clandestinidade de um movimento cujos aspectos críticos e activos se reduziram aos dos seus líderes sem nunca terem passado às bases. Finalmente, vê-se impedida pela intuição e desejos tácticos — um certo «esperar o melhor» — nada marxista por certo, de que com um golpe de sorte poderiam conquistar o movimento operário.

A pretensão de eleger os seus representantes de fábrica em plenário é uma constatação d'égio. A sua afirmação de que não são um sindicato mas sim um movimento de massas é outra das suas constatações e ainda por cima ambígua, porque faz pensar na concepção estalinista do sindicato como correia de transmissão entre partido e movimento de massas.

As Comisiones Obreras deveriam pensar que a luta popular durante o tempo do franquismo foi uma luta pela liberdade sindical. Uma liberdade onde as CCOO tem um espaço, com a condição de que a continuem a afirmar também agora. Com a condição de que aceite ser, dentro dela, um sindicato representativo, mas que não pretenda ser — desde um irracional pretendido monopólio — o sindicato mais representativo. Todos nós arricamos aqui muito. Nada mais nada menos que a liberdade. Também a liberdade da classe operária.

Por considerarmos conter elementos e uma análise que ajudam a compreensão da situação que se vive em Espanha, transcrevemos a seguir parte do editorial do periódico «Voz Obrera» da organização **Accion Comunista** de Junho deste ano, sob o título de «Democracia para todos os gostos»:

«A burguesia espanhola caracteri-

zada, de longa data, pelo seu talento reaccionário e fascista, optou pela democracia. Os motivos desta mudança são bem claros. Por um lado a necessidade de entrar na CEE, tentando encontrar saídas para o seu processo de crescimento e acumulação; por outro, a necessidade de contentar os novos sectores sociais, que entretanto se desenvolveram (técnicos, profissionais da «cultura», empregados, etc.) e que já não engolem o obscurantismo tradicional do país e uma política de «casetete»; finalmente a necessidade de integrar o crescente movimento operário cuja luta faz sair dos estreitos caminhos legais, repressivos, nos quais a burguesia o quer encurralar. Um factor a acrescentar será a existência dum sector burguês não directamente ligado aos grandes grupos financeiros tradicionais, que pedem uma nova estrutura de poder afim de poderem nela participar; directamente ligado a isto temos o pedido insistente de autonomia por parte de sectores mais agressivos do capitalismo catalão (grupos da Banca Catalã, Banco da Europa, Banco Industrial Mediterrâneo...) que deve ser entendido como a busca de uma parcela de poder, conscientes de que a sua força não lhe permite tê-lo a nível estatal.

Por todas estas razões a burguesia vê-se na necessidade de efectuar uma série de transformações no contexto político que conduzam a uma certa saída democrática. Para ela a questão situa-se em promover uma série de reformas que reforcem o seu domínio e não a debilitem.

Por tudo isto, o seu objectivo não é conceder liberdades reais às massas exploradas, que lhes permitam organizarem-se livremente contra a exploração, mas sim realizar umas tantas mudanças de forma, quanto mais vazias de conteúdo melhor, de modo a conquistar apoio social para os seus planos burgueses.

Por tudo isto as inibições e contradições do actual processo. O perigo de que as concessões feitas às massas populares se voltem de imediato, contra a burguesia é eminente, e isto faz com que esta adopte a via lenta das reformas. Fraga pretendeu compreender estes desejos da burguesia e jogou com isto a política de mudança mínima, assegurando assim o apoio dos «ultras» tradicionais: o seu jogo não obstante foi tímido; as reformas, que pretendeu fazer passar por democráticas, tão vazias de conteúdo como de forma, queimaram até os olhos de importantes sectores do capi-

tal monopolista, disposto a jogar uma política um pouco mais atrevida.

### A ESQUERDA DEMOCRÁTICA: A GRANDE FARSA

Os sectores mais dispostos a servir a burguesia nos seus planos de reforma, parecem ser aqueles sectores de esquerda que entram no pacto inter-classes, porque afirmam que agora o que há que conseguir, seja como for, é a democracia. Conscientes de que a burguesia não está disposta a ir mais longe no seu processo «democratizador», conscientes que o seu papel é participar, como representantes da classe explorada, dentro da ordem burguesa, adoptam uma política que mascara as relações sociais que estão por detrás da situação política espanhola e deformam largamente as aspirações das massas populares. Em vários aspectos da sua vida política se expressam claramente estes conceitos:

— Em todos os manifestos, conferências, propaganda, etc., destes grupos se encobre a ligação entre o capitalismo espanhol e a ditadura franquista. Esta aparece nas suas análises como um órgão autónomo que explora igualmente a burguesia e o proletariado. Com isto não faz mais que lavar a cara à burguesia esta que é a primeira responsável pelo massacre de 1936-39, pelos 400 000 mortos políticos do pós-guerra; da emigração e do exílio de milhares de compatriotas, da opressão mais brutal das nacionalidades minoritárias do Estado Espanhol (Catalunha, Galiza, Euskadi-Pais Basco...), da opressão cultural de todo o povo e da exploração feroz do proletariado.

— Por outro lado, chegam a esconder o papel que políticos como Gil Robles jogaram com a aparição e consolidação do franquismo, e não duvidam em estender a mão aos que chamam reformistas do governo (aos Arliza, alcaide de Bilbao em 1940), aos responsáveis pela morte de Grimaud de Puig Antich, de Txiki, dos trabalhadores de Vitória...

— Junto a isto destacam a sua preocupação em evitar que se chegue a um vazio de poder. Afirmam que só pedem uma transmissão de poderes do actual governo para um governo novo democrático, mesmo que isto signifique não mexer, em absoluto, na estrutura do actual Estado. Por estes motivos negam-se a apoiar reivindicações tão sentidas pelas massas populares como a dissolução dos corpos repressivos (B S, policia armada, Guarda Civil...), afirmam que reforçam economicamente o Exército... Para cúmulo, e como demonstração de boa vontade, assinalam que grande parte dos lugares intermédios do aparelho franquista já estão cobe-

tos por militantes dos seus partidos: não é difícil encontrar membros do P. S. O. E. ou do P. C. E. como altos técnicos do Ministério da Economia (também por exemplo no Comércio), catedráticos da Universidade ou em altos cargos da segurança social (chefes de hospitais...).

Para finalizar falamos nos suas análises da via «europeia» para o socialismo, assinalando-nos como em Itália e em França se está caminhando para o socialismo por via pacífica através dos mecanismos do estado burguês (eleições...). Para além do discutível que é esta via (lembre-mo-nos do Chile...), fazer paralelismos com estes países é ignorar que a sua actual situação provém, precisamente, do vazio de poder em que se encontram quer a Itália quer a França, no fim da Segunda Guerra Mundial, vazio este que a burguesia conseguiu superar devido a importantes concessões que fez às classes trabalhadoras; hoje, pelo contrário, esta mesma burguesia europeia esforça-se por retomá-las. Esperar que a burguesia espanhola faça estas mesmas concessões por generosidade é esquecer que nela só está disposta a ceder quando tem a corda no pescoço: quando o fantasma da revolução proletária começa a parecer no horizonte.

Os resultados desta política reformista são bem evidentes; por um lado vêem-se a canalizar as diferentes reivindicações das classes populares; por outro, cortam todas as alternativas e todas as formas organizativas que vão mais longe que a alternativa democrática-formal da burguesia.

Assim fortalece-se o aparecimento de uma burocracia sindical e a existência de vários controles sindicais, à margem dos desejos unitários da classe operária expressas nas suas assembleias e pelos seus delegados eleitos. Condensa-se de forma descarada todo o tipo de violência de massas e em muitas ocasiões esta chega mesmo a arcar com as culpas da feroz repressão burguesa (senão veja-se os vários comentários que aparecerem quando dos acontecimentos de Vitória), fomenta-se formas de eleição à americana (campanhas de propaganda, presidenciais intocáveis e incontrolláveis...) nas associações.

A democracia que estes senhores nos podem trazer mudará sem dúvida o panorama actual, mas será tão estreita e tão vazia de conteúdo, que as nossas aspirações continuarão por satisfazer; para muitos operários participar na política continuará a soar como música celestial, e os organismos de poder continuarão a ser um mecanismo de domínio e opressão sobre a classe operária e o povo trabalhador.»



Pamplona: los sanfermines politizados

Aguentar-se-à o Governo de Suarez neste Outono que se adivinha quente?



internacional

LÍBANO

Continuação da pág. 19

va que a «Frente rechaça o princípio mesmo da reconciliação com o regime conspirador sírio antes da retirada do Líbano das forças sírias invasoras». «A Frente, agenciou, também exigiu a este respeito a libertação de todos os elementos patriotas sequestrados pelas tropas sírias e a ruptura das relações entre o regime sírio e as forças direitistas libanesas». A Frente veio, inclusive, a manifestar «sérias reservas ante as visitas a Damasco da delegação palestina e frente ao acordo feito com o regime sírio e que não estavam dispostos a participar na aplicação do estipulado em tal acordo».

Enfim, os dirigentes da «Frente de Rejeição» não estavam dispostos a negociar com o regime reaccionário sírio, nas condições que vinham negociando os dirigentes da OLP. Esta posição assumida por este sector da resistência palestina encontrou fundamento na realidade libanesa, pois as forças israelitas, o imperialismo deram todo o seu apoio e aval para a invasão do Líbano e a destruição da resistência palestina e da esquerda libanesa.

O «ACORDO» E O MASSACRE DE TAL AL ZAATAR

Enquanto os círculos direitistas libaneses prediziam uma decisiva acção militar para resolver pela força a situação libanesa antes que o presidente eleito Elias Sarkis assumisse os poderes constitucionais em 23 de Setembro, continuavam as tentativas de evacuação dos feridos do campo de Tal Al Zaatar.

Os direitistas afirmavam que «não se sentiam optimistas a respeito do Plano Kholi, particularmente considerando os efeitos obtidos pela meia centena de acordos de cessar-fogo, violados imediatamente durante os 16 meses de guerra civil».

Entre estas afirmações, destacamos a do dirigente do Partido Nacional Liberal, Camille Cahmoun que disse naquela ocasião: «queremos os palestinos fora daqui e se possível fora do Líbano».

A violação dos acordos de cessar-fogo, a presença das tropas sírias e as tentativas de destruição completa da resistência palestina passou a ser a prática diária das forças direitistas. Nos campos de Dbaye, em Karatina, em Maslakh, nos bairros de Gharneh e Albasha, os direitistas cometeram os piores crimes praticados durante a guerra civil, massacrando impunemente a população civil, porém, o assalto final ao campo de Tal Al Zaatar marcou um massacre sem precedentes na história do Líbano.

Em menos de 18 horas as forças direitistas cristãs assassinaram mais de 3000 civis indefesos. O massacre começou com um apelo das forças direitas para os civis abandonarem o campo, pois «o acordo estava assinado» e «aqueles que saíssem seriam conduzidos para um abrigo especial».

Sairam os velhos, mulheres e crianças, acreditando que um tratado de paz estava a ser cumprido depois das conversações com os dirigentes da resistência. Os que saíram foram imediatamente massacrados indiscriminadamente, depois passou-se a selecção: todos os homens de 15 a 50 anos foram fuzilados no próprio local. As mulheres e crianças foram conduzidos para o «abrigo especial» prometido pelas forças direitistas. Os raros

sobreviventes do massacre de Tal Al Zaatar foram fuzilados nas ruas de Beirute.

As forças palestinas revolucionárias tentaram evitar o massacre da população civil e fizeram um acordo com as tropas falangistas, estipulando a evacuação da população civil do campo de tal Al Zaatar. Porém, não previram o grave acontecimento que causou mais de 3000 vítimas que caíram nas garras selvagens das forças direitistas. O assalto ao Campo foi comandado pessoalmente por um oficial sírio, o coronel Ali Al Madani que havia participado naquele mesmo dia num almoço com o sr. Kholi da Liga Árabe, que aparentava ignorar o que iria suceder. Entretanto, a fronteira sírio-libanesa já estava encerrada para a execução do plano de extermínio da resistência palestina.

Aderentes do Partido Nacional Liberal afirmaram no local do extermínio que «o número de mortos, o número de cadáveres dispersos pelo campo de Tal Al Zaatar poderia andar entre os 14 000 a 22 000. A maior parte dos corpos encontram-se em estado de putrefacção, os direitistas saqueiam o campo levando todos os objectos de valor utilizando máscaras antigases. Os corpos estão estendidos no solo, nos telhados das casas e nos subterráneos que protegem a população. Os cadáveres estão sendo retirados com ajuda de guindastes e transportados para fossas comuns. E àqueles para quem prometiam o «abrigo especial» foram lançados ao chão, velhos, mulheres e crianças e fria e cobardemente passados pelas metralhadoras reaccionárias.

AS TROPAS SÍRIAS COMANDARAM O MASSACRE

As tropas sírias desde a invasão do Líbano estavam empenhadas na destruição da resistência palestina e das forças progressistas libanesas. O Plano imperialista para o Médio Oriente estava sendo fielmente executado e está a um passo da sua concretização.

Oficiais, coronéis sírios participaram na execução do próprio extermínio. Os agentes enviados pelo Governo sírio desenvolveram uma campanha de desmoralização dos defensores do campo chamando-os a renderem-se e em seguida assassinavam aqueles que se entregavam.

Entretanto, junto à fronteira da Síria com o Líbano parecem concentrarem-se os descontentamentos pela intervenção comandada pelo regime de Hafez Assad. Segundo informações recentes, existem concentrações de forças sírias que condenaram o massacre, estas concentrações registam-se em Sofar, Jezzín, e Jeida Yabous. Por outro lado, a rádio de Israel propalava que as autoridades sionistas bloqueariam a retaguarda das forças resistentes libanesas.

A RESISTÊNCIA NAS MONTANHAS

O Quartel-General do Comando das Forças Palestino-Progressista continua operando da região montanhosa, em Aley, onde se encontra. As tropas sírias tentam isolar a resistência nas montanhas e cortar o apoio logístico que recebem do exterior. Este avanço destinado a atingir o QG da resistência está dentro do plano direitista que pretendem a proclamação de um estado federal libanês.

Esquerda revolucionária francesa Fusão OCR e OC-GOP

Em congressos realizados recentemente as duas organizações da esquerda revolucionária francesa, OC-GOP e OCR decidiram desenvolver todos os esforços necessários para uma fusão no final de 1976. Esta fusão já está a ser materializada na prática destas organizações revolucionárias através da publicação de um porta-voz oficial L'Outil des Travailleurs — Révolution que veio de ser publicado em edição de Julho-Agosto, sendo respectivamente o n.º 47 e n.º 145, jornais até agora independentes às tentativas de fusão; através da realização de estágios comuns dos militantes; da formação de comissões mistas de coordenação das direcções e especialmente a nível nacional e a continuação de debates abertos baseados nos objectivos políticos e das assembleias gerais a nível local e regional baseadas na prática e em vista da preparação do Congresso de Unificação.

A fusão destas duas organizações revolucionárias assume uma importância fundamental para o futuro desenvolvimento da prática revolucionária e a realização dos seus objectivos, assim como na defesa da organização autónoma dos trabalhadores e a nível de trabalho sindical, no combate ao reformismo e o revisionismo a nível de base.

A CONSTRUÇÃO DO PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

Passando por um longo período de discussão interna nas duas organizações e de debate sobre a realidade francesa, a construção de uma organização revolucionária com capacidade de intervenção na luta de classe dirigindo as lutas do proletariado, os camaradas afirmam que as duas organizações foram as únicas a compreender que a esquerda operária deve ocupar um lugar central na construção do Partido Revolucionário, mas que em razão da dispersão e das orien-

tações que existem, ela não pode tomar espontaneamente em mãos esta tarefa.

Num outro ponto definido conjuntamente as duas organizações consideram que a intervenção de uma organização comunista centralizada, baseada no marxismo, no leninismo e no aprendizado da revolução chinesa capaz de contribuir para a organização e a unificação da esquerda operária pelo seu trabalho prolongado e pelas suas iniciativas, é indispensável para que tomem a direcção das lutas e a construção do partido.

EUROPA DO SUL ROMPEU-SE O EQUILÍBRIO...

Ao sul da Europa, em torno do Mediterrâneo se constitui progressivamente nos últimos três anos uma verdadeira zona de tempestades.

Apesar de ser necessário tomar cuidado para não confundir as diferenças importantes existentes na situação política da Itália, de Portugal e da Espanha, não podemos esquecer que nestes três Estados, o sistema de dominação política da burguesia sofre da mesma instabilidade, da mesma fragilidade e que explicam este fenómeno comum.

Antes de tudo mesmo sendo de forma desigual, os países da Europa Latina ocupam no mundo capitalista uma posição inferior, dominados ou dependentes. Assim, a crise golpeou com força as economias, particularmente incapazes de resistir, não conseguindo por isso reduzir a revolta das massas contra a exploração e a opressão que suportavam.

Por outro lado, as burguesias locais, hoje, não dispõem de instrumentos políticos adequados para estabilizar sua dominação política. É o caso da burguesia italiana enervada num sistema parlamentar em crise, das classes exploradoras em Espanha e Portugal, que procuram em vão verdadeiras soluções de substituição de franquismo e de salazarismo. Além das formas institucionais que isto revela, é também a incapacidade das burguesias da Europa Latina em estruturar uma forma moderna social-democrata de dominação do tipo da Europa do Norte, integrando a pequena burguesia assalariada e o movimento operário organizado. Assim o movimento de massas contra a exploração e a opressão que se desenvolve impetuosamente nos últimos anos, hoje, recusa-se a pagar o preço da crise exacerbada a crise política e pede a médio prazo colocar toda esta zona numa situação pré-revolucionária. É o que já se passou em Portugal.

Entretanto, e a experiência e a análise demonstram que não se deve alimentar ilusões: nada será confortável, o desenvolvimento do movimento não se fará de forma linear.

De uma parte, os trabalhadores devem fazer frente à repressão, pura e simples, brutal e cínica, que é a tarefa dos Eanes, dos Arias Navarro, da Democracia Cristã na Itália.

Mas também, eles devem fazer frente às traições reformistas. Sejam elas do Soares passando abertamente para o campo reaccionário, sejam elas a capitulação do PCP.

MAS ESTAS EXPERIÊNCIAS COMEÇAM A AMADURECERNOS TRABALHADORES; A DESCONFIANÇA CONTRA A LINHA DE CONCILIAÇÃO; A DESCONFIANÇA CONTRA AQUELES QUE UTILIZAM A FORÇA DAS MASSAS SOMENTE PARA SEUS PRÓPRIOS INTERESSES: A força da candidatura de Otelo, as iniciativas que se multiplicam na Espanha a nível regional, à margem da oposição oficial, a repercussão da campanha da Democracia Proletária (limitada eleitoralmente pelo reflexo de «voto útil») mostram que se desenha, em escala de massas e sobre toda a cena, a ruptura com o reformismo: isto é, as condições da conquista da maioria do povo trabalhador para o objetivo revolucionário.

(L'Outil 47-Révolution 145-Julho-Agosto 1976)



## ANGOLA

# “Estamos numa fase de transição para o socialismo”

O discurso que o presidente da República Popular de Angola, Agostinho Neto, fez no passado dia 17 de Julho, dirigido a milhares de angolanos que se manifestaram em seu apoio, vem abordar factos concretos da realidade daquele país e apontar importantes objectivos da Revolução Angolana.

Mais uma vez Agostinho Neto atacou duramente os laços do imperialismo que ainda insistem em massacrar as populações fronteiriças, num verdadeiro atentado à integridade da RPA. Ao mesmo tempo enfatizar a necessidade dos trabalhadores deterem os meios de produção e organizar o Poder Popular.

O presidente afirmou que a RPA está numa fase de transição para o socialismo e que o MPLA deverá continuar na condução dos operários e camponeses e se transformar no Partido dos Trabalhadores.

Em Luanda os milhares de angolanos manifestantes respaldaram as palavras de Agostinho Neto e as medidas de carácter revolucionário tomadas pelo MPLA. É o seguinte o discurso proferido:

«É preciso expor ideias, é preciso que o contacto se faça, para nos compreendermos uns aos outros. As manifestações deste tipo, tem essencialmente um carácter construtivo, um carácter que nós imprimimos à nossa política. Elas reforçam a nossa unidade nacional, contra os inimigos do país. E ainda temos inimigos.

«A todos os níveis temos insistido sobre os três aspectos mais importantes da nossa vida actual: primeiro, temos que nos defender; temos que reconstruir a nossa economia; temos que reestruturar toda a nossa administração e refazer a nossa vida política.

«Os inimigos não deixaram de nos atacar. Quando aqui em Luanda nós estamos em paz, nós estamos seguros, e sabemos que as FAPLA estão a defender a nossa capital e as nossas vidas, há pontos no país que ainda não estão completamente seguros e nós ainda temos que dar uma importância especial à nossa defesa.

## MASSACRES NO SUL

«As nossas fronteiras do Norte, Sul e Leste, são violadas pelos inimigos. Mas as coisas não param aí. Uma das nossas aldeias na parte Sul, há dois dias, foi novamente atacada, e 101 ha-

bitantes foram massacrados: homens, mulheres e crianças. Isto quer dizer que temos que dar muita atenção à defesa de nosso povo.

«Temos portanto que defender o nosso país dos bandidos, aqueles que querem penetrar nas nossas fronteiras Norte, Sul e Leste, que incomodam o nosso povo e que nós temos firmemente que derrotar. Derrotar como derrotamos os sul-africanos; como derrotamos os zairenses, a FNLA, a UNITA, os mercenários ingleses, americanos e outros que aparecem por aí.

## ESTAMOS NUMA FASE DE TRANSIÇÃO PARA O SOCIALISMO

«Muitas vezes os compatriotas, os camaradas do MPLA, põem certas perguntas; como, por exemplo, o que é que vamos fazer agora? Já acabou a ocupação portuguesa, os sul-africanos foram-se embora, os do Norte também saíram, e agora o que é que o MPLA vai fazer? Estamos numa fase de transição para o socialismo. Estamos a sair de uma fase de colonialismo, portanto de um período de exploração capitalista intenso, para a instituição de uma sociedade socialista.

«Temos um longo caminho a per-



AGOSTINHO NETO:

«Temos um longo caminho a percorrer. Devemos compreender muito bem este período que estamos a viver.(...)»

correr. Devemos compreender muito bem este período que estamos a viver: Temos de trabalhar e produzir. A nossa economia deve ser reconstituída o mais rapidamente possível. E é bom que de facto haja um esforço de todo o povo para a produção.

«quando nós fazemos a nossa opção para o socialismo, isto quer dizer que a base de toda a construção socialista, é a classe operária, são os camponeses, é o trabalho. Para que nós tenhamos bases firmes em que o Poder Popular assente; é por isso que vamos cortar cana amanhã, porque se não houver comida não há socialismo nenhum; se não houver comida, se não houver casa, transportes, estradas, todos os meios materiais para aumentar o nível de vida do nosso povo, não podemos construir o socialismo. Podemos fazer muitos esforços mas socialismo não teremos.

«Por isso é preciso, camaradas, que nas fábricas se trabalhe, que aumentemos a produção, que cada um tenha consciência de que, de facto, este país tem que estar assente numa base económica.

«Estamos numa base de reconstrução nacional e ela exige que nós respeitamos alguns princípios.

## É PRECISO QUE OS TRABALHADORES DETENHAM OS MEIOS DE PRODUÇÃO

«Não pode existir poder popular sem uma base de produção adequada e uma nova estruturação económica do país. É preciso que os trabalhadores de facto detenham os meios de produção; que os trabalhadores possam gerir as suas cooperativas, as suas fábricas; possam, enfim, dar as suas opiniões sobre o planeamento económico do país. Isso não se faz sem trabalho. É preciso trabalhar, é preciso que nós estejamos condicionados pelas palavras, mas é preciso que estejamos condicionados também pelos actos.

«É claro que ainda temos aqui alguns sectores económicos que não pertencem ao povo, que não pertencem ao Estado. São sectores privados. Mas nós não podemos de maneira nenhuma transformar tudo num só dia. Os sectores privados tem de continuar a existir e nós temos que os apoiar pois eles servem Angola... O nosso trabalho de produção tem de ser combinado. O privado, o popular, o sector oficial do governo, devem coexistir. Não podemos separar os objectivos de uns e outros, e não podemos também acabar ou transformar toda a produção de uma maneira brusca.

«Alguns camaradas que trabalham no sector privado ainda se sentem explorados. É verdade que há ainda exploração — mas vamos criar as condições para que essa exploração acabe — esse é o nosso programa. No entanto temos de pensar que para a produção, a formação de quadros é importante. Temos muito poucos quadros no país. Homens e mulheres que não conhecem nenhuma técnica; que não podem dar a sua contribuição para a realização do programa de reconstrução nacional... Não fiquemos descansados porque estamos a ser ajudados por países amigos. O nosso princípio é: ao lado de cada técnico estrangeiro, é preciso colocar um angolano para aprender, para o poder substituir.

## MPLA DEMOCRACIA INTERNA E PARTIDO DOS TRABALHADORES

«No entanto, aqui em Angola, e particularmente em Luanda, houve uma actividade clandestina importante e durante a clandestinidade os camaradas reuniram-se em agrupamentos com receio da prepotência da PIDE. Até agora isso ainda existe. Há camaradas do MPLA hoje, que dizem que são clandestinos. Formam grupos e não fazem relatórios ao Comité Central, nem ao Bureau Político. Esta prática, que foi boa durante o colonialismo, hoje não pode ser aprovada. Nós não podemos aprovar hoje a clandestinidade, e é por isso que nos debruçamos uma vez mais na última reunião do Bureau Político, sobre o problema da democracia dentro do Movimento. Os Estatutos do MPLA dizem: a actividade do MPLA assenta sobre os princípios seguintes: a eleição de todos os organismos do MPLA, da base ao topo; a submissão da minoria à maioria; a subordinação dos organismos inferiores aos superiores.

«Quero sublinhar que há camaradas que não estão de acordo com decisões do organismo superior e fazem propaganda contra esse organismo. Pensamos que se há alguns camaradas que não seguem as regras do MPLA, nós temos a dizer simplesmente que eles não pertencem ao MPLA; que pertencem a alguma outra organização qualquer, mas não ao MPLA. E todos nós estamos convencidos de que esta nossa organização, o MPLA, que já conduziu o nosso povo para várias vitórias contra o colonialismo português, contra o imperialismo, vitórias na união do povo para os objectivos nacionais, este movimento deve continuar até ele ser transformado no Partido dos Trabalhadores.»



A «BATALHA» DO CAFÉ

«[...] Temos de trabalhar e produzir... porque se não houver todos os meios materiais para aumentar o nível de vida do nosso povo, não podemos construir o socialismo»



# Revolução

Composição e impressão: Renascença Gráfica, Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa



Tal como a proposta do COPCON os GDUP são a alternativa para a unidade popular

## GDUP NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

## Proposta do COPCON

## Projecto de aliança MFA-POVO

Realizou-se no Pavilhão dos Desportos um comício convocado pelos GDUP, no qual participaram milhares de trabalhadores, para comemorar o 1.º aniversário do Documento do COPCON

O camarada Fernando Almeida viria a falar da importância deste documento para os trabalhadores, afirmando a determinada altura:

«Proposta do Copcon assentava num projecto de aliança MFA-Povo; assentava na constituição e reconhecimento de Conselhos de Aldeia, de Fábrica e de Bairros e considerava estes como instrumento para o planeamento económico e social e como verdadeiros órgãos do Poder Político criando a barreira capaz de se opor eficazmente ao fascismo e ao imperialismo. Apontava como pontos fundamentais o planeamento económico, a resolução do problema do desemprego, o acabar com a dependência em relação ao imperialismo (a luta pela independência nacional) o alinhamento com os países do Terceiro Mundo, privilegiando as relações fraternas com as ex-colónias. Constituía ainda questão fundamental o apontar-se para uma real democracia e para uma disciplina revolucionária no seio das Forças Armadas. Sublinhava-se

o papel que estas desempenhariam no período de transição para o socialismo ao serviço do povo com vista à tomada do poder pelos trabalhadores.»

O camarada Ortiz, no seu discurso falaria da importância que tem a intervenção dos GDUP nas eleições para as autarquias locais, afirmando:

«A intervenção nas eleições para as autarquias locais permitirá reforçar as Comissões de Moradores e os outros órgãos populares de base, e as vitórias que alcançarmos contribuirão para desenvolver e fortalecer a organização popular se, à frente de muitas autarquias locais, juntas de freguesia ou câmaras, estiverem homens e mulheres determinados a servir os explorados e oprimidos, se forem eleitos para muitos desses cargos combatentes pela causa do povo trabalhador, um novo impulso na organização e fortalecimento dos órgãos populares de base poderá ser dado. As autarquias locais não se substituem aos órgãos populares de base, que não devem depender daquelas, mas o apoio à organização do povo por parte das autarquias é muito importante, e esse apoio só poderá ser dado por militantes antifascistas e revolucionários. Por outro lado, as autarquias locais de-

sempenham importantes funções no quadro constitucional e para impor o cumprimento progressista da Constituição temos que evitar que caciques locais se apoderem desses órgãos. Estando à frente de muitas juntas de freguesia e câmaras militantes do povo, gozando do apoio e confiança dos trabalhadores, dos órgãos populares de base, a luta contra a influência dos caciques reaccionários, o combate contra a manipulação do povo pela hierarquia reaccionária da igreja, ganham um novo e poderoso alento.»

Explicando qual a posição dos GDUP face ao Governo PS, o qual vai «abrindo as portas às forças mais reaccionárias do capitalismo», o camarada Luis Moita viria a afirmar que «Nós sabemos que só o poder do povo, só o socialismo pode resolver definitivamente a grande crise que atravessa o nosso país.»

Acerca do Congresso dos GDUP, Luis Moita viria a afirmar que a Comissão Nacional Provisória de Unidade Popular aponta para seis tarefas imediatas, que são:

1.º Tomar a cabeça das lutas e dinamizar as organizações populares de base:

Organizemo-nos à luta

contra os despedimentos e as desocupações e contra os decretos anti-populares do Governo! Pelo controlo operário, pela Reforma Agrária, não recuamos! Preparo-nos uma intervenção revolucionária no congresso dos sindicatos e nas eleições das autarquias locais.

2.º Alargar os GDUP: Chamarmos às estruturas de unidade popular todos os democratas e antifascistas, socialistas e comunistas que consequentemente se batem contra o regresso do fascismo e a recuperação capitalista!

3.º Reforçar a unidade, fortalecer a democracia e a ligação às massas nos GDUP: não há unidade sem democracia nem democracia sem ligação às massas e fora do seu controlo!

4.º Levantar para discussão democrática e ampla as questões políticas e organizativas a debater no Congresso, como base para a eleição dos delegados: reforçemos a preparação do Congresso dos GDUP!

5.º Recensar todos os GDUP, conhecer a sua representatividade e ligação às massas, relançar a sua actividade e eleger comissões concelhias e distritais de unidade popular

6.º Reforçar o papel dirigente da Comissão de Unidade Popular até à eleição da nova direcção \*

## EDITORIAL

As alterações no Conselho da Revolução e nas regiões militares constituiram um golpe dentro das instituições que faz parte de uma escalada para que seja levado a cabo mais tarde uma última machadada que dê efectivamente no golpe fascista de que a burguesia tem necessidade para exercer o poder em Portugal

Tirando Charais e Pezarat das Regiões militares do Centro e Sul, foi destruído o último reduto dos «nove», que se vêem reduzidos a ficar à porta do poder E de tudo o que pensavam que sabiam há um ano, resta-lhes hoje as comemorações domésticas na vivenda de um cronista mediocre e um último rebuçado para Vasco Lourenço se entreter a mostrar até que ponto é capaz de acompanhar a direita Os «nove» acabaram Durante um ano a direita serviu-se deles para caminhar por etapas dando a aparência duma proposta social-democrata (que nem de tal se admitia chamar a si própria, mas que se considerava muito mais à esquerda) uma vez que não tinha infraestrutura político-militar que garantisse um poder autoritário de direita instalado subitamente Os «nove» foram portanto a escada por onde a direita subiu Melo Antunes, Vitor Alves e outros dobraram as costas e suportaram os safanões duma direita que foi subindo isto tudo para fazerem um combate a um Partido Comunista e a um Gonçalvismo, que nunca poderiam deter o poder nas condições existentes neste país Ou antes, isto tudo por não suportarem «que o poder caísse na rua»

Agora que ninguém dos «nove» detém poder militar, o Estado Maior poderá fazer os arranjos que quiser nas unidades militares garantindo a fidelidade dos respectivos comandos Como símbolo desta ascensão de direita, Spínola regressa a Portugal e usa de liberdade total

Como compensação prendem-se no norte do país elementos do ELP e do MDLP, que as Judiárias pomposamente anunciaram ter descoberto depois de «investigação», quando a lista de prisões corresponde a indivíduos há muito assinalados e fazendo parte da lista apresentada por Walraff Muitos deles foram anunciados neste nosso jornal e podemos mesmo dizer que o Presidente da Câmara de Murça e o seu sobrinho, o foram há dois anos já. E foram as ameaças de sanção à base da Lei de Imprensa que nos impediram de ir mais longe nas denúncias da cumplicidade da PSP, o que apesar de tudo é uma das causas que levou o REVOLUÇÃO a tribunal Pois a PSP ficou bem abandalhada depois desta detenção obrigatória do comandante da PSP do Porto, e ainda por cima não tendo evitado o ridículo dos comunicados do Comandante Geral, nos quais se apostava na inocência da corporação e se acusava os jornalistas das maiores perversidades

Mas claro que toda a gente tem consciência de que os «trutas» ainda estão por prender e de que os chefes do MDLP e do ELP se encontram no poder E que o presidente desta rede bombista, Spínola, se encontra em Portugal com honras de político da casa

Entretanto o Governo PS e o Parlamento fizeram a sua farsa de democracia, como se este país fosse viver por longos anos em parlamentarismo, como se a política desta país dependesse do parlamento O programa do PS é bem simbólico desta etapa de recuperação capitalista

Ninguém mais tem dúvidas que o golpe fascista vem a caminho

Como impedi-lo, depende da capacidade organizativa das massas que não querem perder o que ganharam — casas, campos, melhorias de salários — e que compreendem que só a Revolução Socialista garante que tudo não voltará para o mais feroz fascismo

Para organizar estas massas há uma alternativa — o Movimento de Unidade Popular — constituído pelos GDUPs, pelos partidos que a ele aderem, pelos militares progressistas e pela organização popular de base Há um movimento e há um programa — há que escolher entre este caminho ou o fascismo